

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	23
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	25
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	38
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	39
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	40
4.7 - Outras Contingências Relevantes	41

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	44
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	45
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	48
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	49
5.4 - Programa de Integridade	50
5.5 - Alterações significativas	51
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	52
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	53
6.3 - Breve Histórico	54
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	55
6.6 - Outras Informações Relevantes	56
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	57
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	58
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	59
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	60
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	64
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	65
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	66
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	67
7.8 - Políticas Socioambientais	68
7.9 - Outras Informações Relevantes	69
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	70
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	71

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	72
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	73
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	74
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	75
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	76
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	79
9.2 - Outras Informações Relevantes	81
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	82
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	87
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	88
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	89
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	90
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	95
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	96
10.8 - Plano de Negócios	97
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	99
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	100
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	101
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	102
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	106
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	107
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	108

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	109
12.7/8 - Composição Dos Comitês	112
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	113
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	114
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	115
12.12 - Outras informações relevantes	116

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	117
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	119
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	122
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	124
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	125
13.6 - Opções em Aberto	126
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	127
13.8 - Precificação Das Ações/opções	128
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	129
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	130
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	131
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	132
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	133
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	134
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	135
13.16 - Outras Informações Relevantes	136

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	137
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	139
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	140
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	141
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	142
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	143
15.3 - Distribuição de Capital	163
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	164
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	165
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	166
15.7 - Principais Operações Societárias	167
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	168
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	169
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	170
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	171
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	172
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	173
17.2 - Aumentos do Capital Social	174
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	175
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	176
17.5 - Outras Informações Relevantes	177
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	178

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	179
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	180
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	181
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	182
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	183
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	184
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	185
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	186
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	187
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	188
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	189
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	190
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	191
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	192
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	193
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	194
20.2 - Outras Informações Relevantes	195
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	196
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	197
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	201
21.4 - Outras Informações Relevantes	202

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Porto Alegre, 31 de maio de 2021

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Presidente da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Luciano Adures de Oliveira
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Porto Alegre, 31 de maio de 2021

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Augusto Lauro de Oliveira Junior
Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Porto Alegre, 31 de maio de 2021

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S/A Participações, que:

a. revimos o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e que

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Luciano Adures de Oliveira

Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	1051-0			
Tipo auditor	Nacional			
Nome/Razão social	MOORE STEPHENS JARBA LIMA, FIORAVANTI, PUERARI AUDITORES E CONSULTORES S/S			
CPF/CNPJ	07.048.269/0001-97			
Data Início	04/10/2011			
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2015: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 134.400,00			
Justificativa da substituição				
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor				
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço	
JARBAS LIMA DA SILVA	04/10/2011	423.544.800-59	Avenida Crisóvão Colombo nº 3084, Conjunto 707, Higienópolis, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90560-002, Telefone (51) 33421003, Fax (51) 33421003, e-mail: jarbaslima@msbrasil.com.br	

Possui auditor? SIM

Código CVM 1236-0

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CPF/CNPJ 21.601.212/0001-02

Data Início 29/07/2016

Descrição do serviço contratado Auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço 2016/2017: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 285.600,00 total

2018/2019: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 150.297,00 por ano.
 2020: Para os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis e controles internos R\$ 167.003,71.

Justificativa da substituição Conforme o disposto no Art. 28º da Instrução CVM 308/99 tendo em vista o rodizio entre empresas de auditoria da Companhia.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	29/07/2016	492.488.980-68	AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 2500, SALA 1105, CENTRO HISTORICO, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 21251400, Fax (51) 21251400, e-mail: carlos.santos@btrs.com.br

Possui auditor? SIM

Código CVM 1222-0

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Taticca Auditores Independentes SS

CPF/CNPJ 20.840.718/0001-01

Data Início 28/05/2021

Descrição do serviço contratado Auditoria das demonstrações contábeis e controles internos.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço Remuneração total R\$ 324.000,00 para 24 meses.

Justificativa da substituição

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Luiz Fernando Silva Soares	28/05/2021	171.269.910-53	

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Informar outras informações relevantes sobre os auditores independentes:

Informamos que não há outras informações relevantes sobre os auditores independentes.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	697.696.000,00	670.282.000,00	660.581.000,00
Ativo Total	2.031.804.000,00	1.802.268.000,00	1.815.501.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.564.081.000,00	1.218.630.000,00	1.106.752.000,00
Resultado Bruto	428.046.000,00	334.935.000,00	331.173.000,00
Resultado Líquido	31.829.000,00	10.686.000,00	24.124.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	10.582.000	10.582.000	10.582.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	65,930000	63,340000	62,420000
Resultado Básico por Ação	3,010000	1,010000	2,280000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Medições não contábeis

3.2.1. A Companhia divulga medições relacionadas ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, equivalente no Brasil ao LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

a) Valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2020	2019	2018
EBITDA / LAJIDA MR\$	138.535	45.953	81.376
EBITDA / LAJIDA %	9%	3,8%	7,4%
EBITDA / LAJIDA* MR\$	138.535	64.508	
EBITDA / LAJIDA* %	9%	5,3%	

* Ebitda ajustado: Visando a adequada comparação, apresentamos o cálculo ajustado aos efeitos de R\$ 18,6 milhões de outras despesas operacionais, extraordinárias à condução dos negócios da Companhia, referentes a realização de ações judiciais ativas e passivas ocorridas no primeiro trimestre de 2019.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas, em milhares de Reais:

CONSOLIDADO	2020	2019	2018
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	121.826	30.427	66.294
Depreciações e Amortizações Permanente do	16.491	15.526	15.082
EBITDA / LAJIDA MR\$	138.535	45.953	81.376

c) Motivo da apresentação dos números com referência ao Conceito *EBTDA - Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*, ou (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização):

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Informar eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras:

Não se aplica à Companhia. A Administração da empresa entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de destinação de resultados

CONTROLADORA	2020	2019	2018
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

CONTROLADA	2020	2019	2018
a) Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro e novos investimentos do saldo remanescente após as destinações, conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

b) Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	30.238.000,00	10.152.000,00	22.918.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	30,000000	30,000000	30,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	4,330000	1,510000	3,470000
Dividendo distribuído total	9.071.000,00	3.046.000,00	6.875.000,00
Lucro líquido retido	1.591.000,00	534.000,00	1.206.000,00
Data da aprovação da retenção	29/04/2021	31/07/2020	29/04/2019

	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Lucro líquido retido						
Dividendo Prioritário Mínimo						
Preferencial	123.717,86	31/12/2021	42.000,00	31/12/2020	93.767,54	31/12/2019
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	8.947.623,45	31/12/2021	3.004.000,00	31/12/2020	6.781.440,34	31/12/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados Dividendos à conta de Lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores:

Nos últimos três exercícios sociais não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	1.334.108,00	Índice de Endividamento	65.66000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)									
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total		
Financiamento	Garantia Real		7.546.003,82	15.879.856,55	4.863.009,04	7.459.380,33	35.748.249,74		
Empréstimo	Garantia Real		9.444.444,44	4.444.444,44	0,00	0,00	13.888.888,88		
Empréstimo	Quirografárias		530.492.901,74	385.147.316,26	40.110.780,50	3.678.710,88	959.429.709,38		
Total			547.483.350,00	405.471.617,25	44.973.789,54	11.138.091,21	1.009.066.848,00		
Observação									

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras informações relevantes sobre informações financeiras:

Informamos que não há outras informações relevantes sobre as informações financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento na Companhia

a) Fatores de risco relacionados à Companhia

A Companhia acredita que os fatores de risco vinculados ao macro ambiente (cenários externos) estão relacionados à: a) mudança dos hábitos de consumo brasileiro, desde que tal mudança afete o nível de demanda da *commodity* arroz e derivados, alterando dessa forma o mercado consumidor de nossos principais produtos; b) alterações significativas na legislação, impostos, tributos e contribuições que afetem o segmento de atuação, com impacto nas margens e volume de vendas da Companhia; ou ainda c) a condução da política econômica brasileira, que podem afetar tanto rentabilidade quanto a demanda e vendas da organização.

Com relação aos riscos no âmbito do microambiente, os fatores principais estão na retenção e formação de recursos humanos com elevados níveis de formação e motivação, o que a empresa entende ser um diferencial competitivo, na otimização e melhoria contínua dos processos de gestão da informação (Tecnologia da Informação e Sistema de Informações Gerenciais), a manutenção do nível de investimento e reinvestimento em novas tecnologias para modernização e incremento de rentabilidade das unidades industriais, e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos que atendam as necessidades e desejos do mercado consumidor, de forma sustentável para a organização, como o investimento em linhas saudáveis e obtidas com o uso de tecnologia limpa.

A Empresa também entende como um fator de risco o comportamento e estratégias dos concorrentes, onde o desafio compreendido pela organização está em usar as ferramentas de gestão e qualificação de seus gestores na tentativa de prever ou gerar soluções rápidas e eficazes para cada posicionamento identificado, para dessa forma proteger e maximizar os interesses da organização.

b) Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A gestão da Companhia é significativamente influenciada pelos acionistas controladores, que ditam as estratégias e ações relevantes da alta administração. Dessa forma, o afastamento de seus principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente e de Relação com Investidores) pode afetar a condução dos negócios da organização. A sucessão familiar também pode ser considerada um fator de impacto no futuro de qualquer organização com essa característica.

c) Fatores de risco relacionados a seus acionistas

Efeitos adversos econômicos, do segmento ou mercado de atuação, bem como relativos à gestão operacional da Companhia podem reduzir ou impossibilitar a geração de lucro, o que tem impacto direto na distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. Outro ponto que pode ser identificado como fator de risco está em que, uma Companhia Aberta submetida a Lei das S/A e ao seu Estatuto, prevê o direito dos acionistas controladores em determinar as principais ações na condução dos negócios e operações da Companhia. Como

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

esse controle limita a ação dos acionistas minoritários em influenciar as decisões corporativas da organização, pode haver conflito de interesses entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários.

d) Fatores de risco relacionados à suas controladas

A Companhia possui duas empresas controladas, Real Empreendimentos S/A e Josapar International.

A primeira atua na administração e gestão de imóveis comerciais, com os riscos inerentes à sua atividade, e possui estrutura de capital, índices de liquidez e rentabilidade plenamente satisfatórios para sua operação e segmento de atuação. Não existe nesta data base qualquer tipo de relacionamento operacional entre esta controlada e à Companhia controladora, que não a equivalência patrimonial do investimento realizado.

A segunda foi criada em 1997 com a única finalidade de captação de investimentos estrangeiros, através do lançamento de um Programa de *Euro Commercial Paper*, totalmente liquidado em 1999. Empresa sem qualquer tipo de atividade operacional desde então.

e) Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

A Companhia possui um nível extremamente pulverizado de fornecedores de matérias primas dos seus principais produtos – lastreados na *commodity* arroz – onde o principal fornecedor individual não representa mais do que 5% do abastecimento anual da empresa. As demais linhas e segmentos de atuação possuem oferta com pulverização semelhante de matérias primas, com exceção da linha de alimentos a base de proteína isolada de soja, onde por opção a Companhia adquire a matéria prima de um único fornecedor.

f) Fatores de risco relacionados a seus clientes

A empresa detém uma base de clientes com mais de 122 mil CNPJ's cadastrados, sendo mais de 8.8 mil clientes ativos (corte de 90 dias). Apesar desse volume, da mesma forma que a maioria absoluta de indústrias do setor alimentício do Brasil que atende seu mercado consumidor através do varejo organizado, há a concentração natural de suas vendas de acordo com a concentração do segmento varejista nacional.

Um risco relacionado a este tópico está em haver contínua incidência de fusões e aquisições desse segmento, o que aumenta o poder de barganha pelo volume nas negociações comerciais, e que pode prejudicar as margens de contribuição da organização.

Outro fator de risco pode ser a influência das políticas econômicas e cenários da economia local implicando diretamente no movimento da inadimplência dos clientes da corporação, determinando dessa forma movimento semelhante no volume de Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

g) Fatores de risco relacionados aos setores de atuação da Companhia na economia

A Organização entende que toda a movimentação política e econômica do país como um fator de risco e de oportunidades na gestão de sua operação.

Possíveis instabilidades políticas afetam o cenário de valorização das companhias, movimento de taxas de câmbio (que pode interferir nos preços de matérias-primas e no volume de exportações), movimentos na taxa Selic e em spread's bancários (que pode afetar o nível de investimentos e custo de capital de giro).

A política econômica de forma mais ampla pode impactar diretamente no nível de renda da população, alterando a curva de demanda dos produtos da Companhia, assim como alterações da taxa básica de juros geram efeitos em cascata sobre a cadeia corporativa (fornecedores, segmento, clientes, consumidor final) alterando a liquidez, podendo deslocar o equilíbrio do sistema.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores de atuação da Companhia

Os governos, tanto no âmbito estadual como federal, têm exercido a fiscalização sobre as empresas do nosso e de outros segmentos com o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais inteligentes e interligadas, o que a Companhia entende como crucial para evitar a informalidade nos segmentos de atuação.

Porém o que a organização entende ser um fator de risco é a postura unilateral e muitas vezes opositora com que alguns Órgãos Regulamentadores e Fiscalizadores conduzem tais procedimentos, além da morosidade com que muitas vezes apreciam as matérias do interesse das empresas de nosso segmento.

A Companhia também procura estar atenta às medidas legais que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, e dos impactos que a aprovação ou vedação de tais medidas possam representar no contexto das suas atividades.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não possui unidades industriais e comerciais fora do território nacional.

Com relação a países estrangeiros, é importadora tradicional de matéria prima de arroz, fertilizantes, e de proteína isolada de soja, em volume atual aproximado de 23% do CPV. Com exceção do arroz – que tem importações pífias se comparadas ao abastecimento doméstico, as operações de proteína isolada de soja e fertilizantes são quase que integralmente abastecidas pelo mercado externo, mas sem a dependência individual de algum específico país, havendo alternativas de origem para ambos os casos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tem sua venda tradicionalmente concentrada no mercado consumidor doméstico, onde a exportação de seus produtos representa historicamente ao redor de 9% de sua venda bruta anual. Entretanto, vem desde 2007 estrategicamente investindo na sua estrutura de vendas para o mercado externo.

Nesse sentido, a Organização entende como fatores de risco no relacionamento com o mercado externo a instabilidade econômica e crises de liquidez globais, que afetam todos os países de relacionamento, com agravantes maiores ou menores de acordo com o volume de PIB, dependência externa e risco país individuais de cada nação.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- ,Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 90% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas pré-fixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e spread's bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/20120, R\$ 1.009 milhões (consolidado).

Os empréstimos contratados pela Controladora diretamente em moeda estrangeira são equivalentes a US\$ 12.234 milhões e são representados por financiamentos de importação.

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e Lei 4.131/62. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar e/ou Euro) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de SWAP para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a R\$ 221 milhões em 31/12/2020.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2020 em R\$:

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2020 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI		CDI DEZ 20	2,00%	aa	manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato				2,00%	2,00%	2,50%	3,00%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/20	R\$220.680	diversos	CDI	diversos	R\$228.822	R\$229.789	R\$230.760
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$967	R\$1.937

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis entre outros: (i) que não estejam sobre sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia e suas controladas:

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta ao montante de R\$ 2.740 milhões em 31/12/2020. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

Controlada, quadro selecionado por relevância*, base 31/12/2020:

* Critério para determinação da relevância: (i) contingência passiva; (ii) valor em discussão (Cível > R\$ 500 mil; Tributário > R\$ 500 mil); (iii) probabilidade de perda indicada pelos Consultores Jurídicos da Companhia.

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do processo	Ré	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do Impacto em caso de perda	i) Valor Provisionado - em R\$ mil
022/1.13.0018743-1	2ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/11/2013	Comil Siles e Secadores LTDA	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 3.353.986,75	Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pela Comil em face da Josapar objetando o pagamento de R\$ 1.834.831,23 em razão do inadimplemento do contrato firmado para ampliação da Unidade Vibe Princess. Ofertado inócuo como garantia à execução. Protocolado embargos a execução (022/1.14.001751-1). O processo encontra-se suspenso aguardando julgamento dos embargos à execução.	Posível	Com garantia	Não há como provisionar valor
022/1.16.0013319-1	1ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	25/10/2016	Comil Siles e Secadores LTDA	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 901.029,29	Trata-se de ação monitoria onde a Comil pretende o pagamento pelo Josapar do valor de R\$ 480.000,00 em relação à parcela prevista de vencimento no dia 31/01/2013 em relação ao contrato formalizado entre as partes. Processo suspenso e até o julgamento do processo nº 022/1.13.0020351-8, no qual a Josapar alega o descumprimento do contrato por parte da Comil.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
1107021-19.2017.8.26.0100	4ª Vara Cível de São Paulo	2ª Instância	30/10/2017	GBR Trade Marketing Solutions EIRELI	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 876.894,47	Ação de Execução movida pela GBR que está anexa à Ação Declaratória de inexistência de Débito movida pela Josapar. Após o ajuizamento da ação, foi concedida liminar para suspensão dos protestos lavrados pela GBR em face da Josapar. Processado e instruído o feito, sobreveio sentença para julgar procedente a ação proposta pela JOSAPAR para declarar o débito inexigível e impenhorável a execução proposta pela GBR. GBR interps recurso de apelação ao TJSP que	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
022/1.08.000747-5	4ª Vara Cível de Pelotas	1ª Instância	07/05/2008	Juracy José Dotto	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 600.000,00	Embargos à Execução em que o embargante sustenta a inexigibilidade do título executivo executado pelo Josapar. Realizada audiência de instrução para oitiva das testemunhas e o depoimento pessoal do autor. Audiência de conciliação inexistosa. Designada audiência para reinterrogação das testemunhas ou acreação. Encerrada a instrução, foi determinada a abertura prazo para apresentação de memoriais. Determinada a realização de prova pericial contábil para apurar os pagamentos feitos pela parte. Aguardamos manifestação do perito. O magistrado determinou o cancelamento da perícia, tendo o embargante agravado retido da decisão. Em 25/08 o magistrado determinou a remessa dos autos para a contadoria para apurar o valor discutido nos autos, em que pese este já estivesse concluso para sentença. Assim, em 11/07 foi interposto Agravo reido pela empresa, bem como apresentada contrarrazões do agravo interposto pelo embargante. Mantida a decisão agravada pelo MM. Juiz que determinou nova intimação do perito. Aguarda entrega do laudo. Ante o silêncio do perito nomeado, em substituição, foi nomeado um novo perito. Autos aguardando manifestação do perito. Canga com o perito. Expedido ofício dia 06/12/2013. Determinada intimação para informar se fora realizada a perícia. Determinada a substituição do perito e nomeação do novo expert que realizará a perícia contábil.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

5037413-91.2016.4.04.7100	16ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	30/05/2016	União Federal	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 1.375.920,95	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança da dívida no valor de R\$ 1.375.920,95 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte reais e noventa e cinco centavos) atualizada para o mês de maio de 2016, conforme anexa a Certidão de Dívida Ativa da União, inscrita sob o número 12.614.916-0. Em 27/06/2016 a União peticionou, requerendo a penhora de dividendos ou número de valores suficientes à garantia da execução. Em 01/07/2016 sobreveio despacho determinando a citação e a penhora dos valores via BACENJUD. Em 05/07/2016 foram expedidas cartas precatórias à CVM e BM & F BOVESPA para penhora dos dividendos. Em 08/07/2016, a executada apresentou Exceção de Pré-Executividade, com pedido liminar para que sejam suspensas as condições (penhora online e constrição na liberação de dividendos). Por fim requereu a nulidade da CDA e a extinção da Execução Fiscal. Em 11/07/2016 foi revogada a constrição dos valores junto às instituições financeiras. E, a União peticionou concordando com o pedido de suspensão, mas que ainda há débitos em aberto, requereu o deferimento do prazo de 30 dias para impugnar a exceção. Em 18/07/2016, a União se manifestou, requerendo a rejeição da exceção de pré-executividade, alegando necessidade de dilação probatória por meio de embargos à execução ou ação ordinária. Em 02/08/2016, a Bovespa juntou informações de que a Josapar e seu proponente não possuem bens suficientes para garantir a execução. Em 03/08/2016 a Executada peticionou, requerendo a manutenção da suspensão das constrições e para que fossem liberados os valores penhorados. Em 09/08/2016 foi deferido o prazo de 30 dias postulado pela Exequirente. Em 10/08/2016 foi juntada CDA. Em 21/09/2016 União apresentou manifestação referente a CDA. Em 04/10/2016 a Josapar foi intimada para atualizar sua representação processual em juízo. Em 17/10/2016 a executada apresentou todas documentações necessárias para regularização processual. Em 05/12/2016, a executada apresentou Exceção de Pré-Executividade. Em 07/12/2016 foi proferida sentença, julgando procedente os pedidos da executada, acolhendo exceção de pré- executividade e julgando extinta a Execução Fiscal, contendo a União ao pagamento de honorários advocatícios à executada, os quais fixados em 10% sobre o valor arrestado via BACENJUD. Em 19/12/2016, a executada opôs Embargos de Declaração. Em 11/01/2017, os Embargos de Declaração foram rejeitados. Em 15/02/2017, a executada	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
2009.71.00.020803-2 (5076634-81.2016.4.04.7100)	16ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	20/07/2009	União Federal	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 703.513,53	Execução fiscal ajuizada em face das Certiões de Dívida Ativa nºs. 0020700308789, 002070008860 e 0060701089427. Em 07/01/2010, a União Federal peticionou informando que a executada aderiu a 1ª fase do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, que se encontra pendente de negociação e consolidação, em face disso pediu a suspensão da execução. Em 06/05/2010, a União peticionou requerendo a penhora no rosto dos autos da Execução de sentença nº 93.00.04106-1, onde a executada possui crédito a receber da União, através de precatório. Em 17/05/2010, foi proferida decisão indeferindo o pedido da União Federal. Em 05/04/2011, a executada se manifestou requerendo a suspensão da presente Execução Fiscal tendo em vista que seriam extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 2000.71.10.002359-2. Em 27/04/2011, a União requereu a suspensão de 120 dias da Execução Fiscal tendo em vista que o parcelamento celebrado pela executada continua ativo. Em 22/02/2012, foi proferido despacho determinando a suspensão da presente execução, que permanece até o presente momento. Em 15/03/2017, o processo foi suspenso haja vista o parcelamento de débito.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5016858-19.2017.404.7100 (5022683-98.2017.404.0000 (Agravo de Instrumento))	14ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	28/03/2017	União Federal	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 7.473.651,03	Trata-se de mandado de segurança em que a impetrante requer, em sede liminar, a concessão de ordem para suspensão da exigibilidade do crédito tributário objeto do processo administrativo fiscal nº 11080.010828/2005-62, assegurando a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição em cadastros de devedor. Em 16/04/2017, foi proferido despacho, indeferindo o pedido liminar. Em 11/05/2017, a impetrante interpôs Agravo de Instrumento. Em 12/05/2017, foi deferido o pedido liminar em Agravo de Instrumento. Em 22/06/2017, foi proferido acórdão dando provimento ao Agravo de Instrumento intempestivo. Em 12/09/2017, foi proferida sentença, concedendo a segurança para anular o auto de infração objeto do processo administrativo nº 11080.010828/2005-62. Em 01/11/2017, a União Federal interpôs Recurso de Apelação. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

054/1.14.0001872-0 (CNI: 0003792-47.2014.8.21.0054)	1ª Vara de Itaquí	1ª Instância	06/10/2014	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	Município de Itaquí	Valor já consta na Anulatória nº 054/1.14.0001872-0	R\$ 537.241,89	Ação Anulatória, com pedido liminar, objetivando a desconstituição do débito tributário referente a notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 13/10/2014, a liminar foi indeferida. A Autora interps Agravo de Instrumento, o qual deferiu a antecipação de tutela requerida em 21/11/2014. Em 17/12/2014, foi juntada contestação do Réu. Em 25/02/2015, foi conhecido do agravo de instrumento e dado provimento, ratificando a antecipação de tutela recursal, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo município, autuada sob nº 054/1.14.0002246-8, até o julgamento da ação anulatória. Em 18/06/2015, tomou-se por termo o bem ofertado pela executada para a manutenção de efeito suspensivo da decisão. Em 24/01/2018 a empresa se manifestou acerca da decisão do Agravo. Em 21/02/2018, foi proferido despacho determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo Município sob o nº 054/1.14.0002246-8 até o julgamento desta ação anulatória. Em 20/03/2019, as partes foram intimadas para especificar as provas que pretendem produzir, e caso não seja requerida a produção de provas haverá julgamento antecipado da lide.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
054/1.14.0002246-8	1ª Vara Cível de Itaquí	1ª Instância	01/10/2014	Município de Itaquí	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	Valor já consta na Anulatória nº 054/1.14.0001872-0		Execução Fiscal ajuizada em face da notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 31/10/2014, a executada nomeou bens à penhora e requereu a abertura de prazo para apresentar Embargos à Execução. Em 06/02/2015 foi determinado a suspensão desta Execução Fiscal, bem como que a mesma seja pensada junto à ação anulatória nº 054/1.14.0001872-0.	Possível	Garantia Real	Não há como provisionar valor
0810083-02.2017.4.05.8300	Tribunal Regional Federal do 5º Região	2ª Instância	01/07/2017	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	União Federal	R\$ 59.022.835,91		Trata-se de Mandado de Segurança objetivando, liminarmente, a suspensão da exigibilidade do débito, decorrente do Auto de Infração lavrado no processo administrativo nº 10480.721069/2011-30 e, no mérito, provimento jurisdicional que determinasse o cancelamento integral do referido expediente fiscal, com o consequente cancelamento do crédito tributário em razão da regularidade fiscal adotada pela Impetrante quando das operações de importação de arroz do Uruguai e da Argentina. Em 19/07/2017, o pedido liminar foi indeferido pelo julgador de 1ª Instância, sendo que, em ato contínuo, sobreveio sentença denegando a segurança pleiteada pela Impetrante. Diante da referida sentença, a Impetrante interps em 15/09/2017, recurso de Apelação, com pedido de Antecipação de Tutela Recursal. O processo foi encaminhado para o Tribunal Regional Federal do 5º Região, onde o Desembargador Relator ajeitou apenas o pedido liminar, decidido pelo indeferimento. Em 05/12/2017, sobreveio decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência. Em 09/02/18, foi oferecido Seguro Judicial de R\$ 59.212.052,50 para garantia dos débitos em discussão. Em 21/02/18 foi proferido despacho concedendo a tutela recursal para aceitar a garantia e determinar que os débitos não sejam óbice à expedição de CND e que os mesmos não sejam inscritos no CADIN. Posteriormente, o Impetrado opôs Embargos de Declaração, o qual não foram acolhidos. Atualmente, aguarda julgamento do Recurso de Apelação da Impetrante.	Possível	Com Garantia	Não há como provisionar valor
5017178-45.2012.404.7100	2ª Turma do TRF4	2ª Instância	28/03/2012	União Federal	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 6.960.826,50		Trata-se de medida judicial objetivando que a Autoridade Coatora se abstenha de impor as multas previstas na Lei nº 5.430/96, com redação dada pelo artigo 62 da Lei nº 12.269/10. Em 17/12/2013, sobreveio sentença concedendo a segurança pleiteada. Em 07/01/2014, a União Federal interps recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento. Em 24/03/2014, a União Federal interps Recurso Extraordinário, o qual foi sobrestado ao Tema nº 736 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5003891-77.2015.4.04.7110 (2001.71.10.000840-6)	2ª Vara Federal de Pelotas	1ª Instância	17/06/2015	União Federal	Josapar Joaquin Oliveira S/A Participações	R\$ 8.470.160,44		Trata-se de cumprimento de sentença no processo nº 2001.71.10.000840-6, em face do reconhecimento do direito à integralidade da correção monetária dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório às Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás. Em 17/06/2015 a ação foi distribuída. Em 11/11/2015, a Ré foi intimada para o pagamento da condenação. Em 09/12/2015, a Ré apresentou petição impugnando o cálculo apresentado pela Autora, e reconhecendo como devido, apenas o valor de R\$ 2.724.336,29. A Autora apresentou petição ratificando os termos da inicial e requerendo expedição de alvará. Em 23/02/2016 foi interposto Agravo de Instrumento pela Eletrobrás insurgindo-se contra a forma de cumprimento do julgado. Em 07/07/2016, foi negado provimento ao Agravo da Eletrobrás. Em 25/04/2017, Eletrobrás interps Recurso Especial, o qual foi provido, a fim de reformar o acórdão recorrido e autorizar a conversão do cumprimento de sentença em liquidação por arbitramento. Em 31/10/2017, foi determinada a renessa a contadora, bem como para as partes apresentarem quesitos. Em 27/11/2017 a autora apresentou quesitos. Em 20/02/2018, foi juntado parecer pelo Setor de Cálculos Judiciais da Justiça Federal. Em 12/03/2018 a Empresa se manifestou alegando que não concorda integralmente com o cálculo apresentado. Atualmente aguarda julgamento do Juiz.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

11080.007884/2009-43	CARF	2ª Instância	10/05/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de Cofins não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2006, sendo R\$ 29.497.277 referente à exportação e R\$ 2.167.588,18 referente ao mercado interno.	A IRFB reconheceu parcialmente o direito creditório nos valores de R\$ 23.375,03 (exportação) e R\$ 1.657.319,93 (mercado interno), glossando R\$ 516.390,49. Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há provisão.
11080.720067/2010-18	CARF	2ª Instância	10/05/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de Cofins não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2006, sendo R\$ 48.788,34 referente à exportação e R\$ 1.776.371,15 referente ao mercado interno.	A IRFB reconheceu parcialmente o direito creditório nos valores de R\$ 35.521,39 (exportação) e R\$ 1.286.316,32 (mercado interno), glossando R\$ 503.321,78. Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há provisão.
11080.007887/2009-87	CARF	2ª Instância	30/08/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de Cofins não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 4º trimestre de 2005, no valor de R\$ 92.964,40 vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2005 ao 4º trimestre de 2005, no valor de R\$	Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há provisão.
11080.721932/2010-43	CARF	2ª Instância	30/08/2010	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de Cofins não-cumulativo, vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2004 ao 1º trimestre de 2005 no valor de R\$ 2.643.855,79.	A IRFB reconheceu parcialmente o direito creditório nos valores de R\$ 1.184.000,92. Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há provisão.
11080-904377/2017-60	DRU	1ª Instância	25/07/2017	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ no valor de R\$ 1.002.685,00.	A IRFB não homologou o Pedido de Compensação, razão pela qual a apresentou-se Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

11080.907380/2012-21	CARF	2ª Instância	14/08/2012	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de saldo negativo de IRPJ, anexo calendário 2006, cujo despacho decisório homologou parcialmente a compensação declarada (valor principal R\$ 1.309.300,94, multa R\$ 261.860,18 e R\$ 593.504,08)	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
10480.723802/2010-70	CARF	2ª Instância	11/01/2011	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Receita Federal do Brasil	Auto de infração lavrado por conta do enquadramento da Receita Federal quanto à classificação fiscal do arroz importado, o que acarretou a desqualificação das Licenças de Importação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
46116300188-7	SEFAZ/MA	2ª Instância	12/08/2011	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	SEFAZ/MA	Auto de infração lavrado em face da empresa supostamente ter realizado a entrada, saída ou estoque de mercadoria sem nota fiscal, com falta de pagamento de ICMS (R\$ 1.786.375,12).	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
2015.000008403146-87	SEFAZ/PE	1ª Instância	13/01/2016	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	SEFAZ/PE	Auto de infração que lhe exige o crédito tributário de ICMS no valor de R\$ 9.430.872,44, em função de "Deduções do Benefício Fiscal do PRODEPE".	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
4.062.570-9	SEFAZ/SP	2ª Instância	12/10/2015	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	SEFAZ/SP	Auto de infração de ICMS relativo às saídas internas com redução de base (R\$ 4.205.472,61).	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
2010.00000469942-61	SEFAZ/PE	1ª Instância	07/03/2013	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	SEFAZ/PE	Pedido de Restituição de ICMS, referente ao período de janeiro de 2008 a agosto de 2008 (R\$ 1.807.938,82).	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.
2016.000005807436-25 (2016.000003460412-45)	SEFAZ/PE	1ª Instância	13/01/2016	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	SEFAZ/PE	Auto de infração ICMS que exige o valor de R\$ 873.071,66, multa no valor de R\$787.564,48 e juros no valor de R\$196.095,14, por supostamente utilizar créditos fiscais irregularmente.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há provisão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

AL: 8224781. Proc: 181404001.30371	SEFAZ/RS	1ª Instância	03/07/2018	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0031.48	SEFAZ/RS	Auto de infração lavrado por suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS referente à entrada de bens de uso ou consumo. Crédito de ICMS no valor de R\$ 1.712.179,46, multa no valor de R\$ 2.054.614,87 e juros no valor de R\$ 383.601,88.	Aguarda-se julgamento da Impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
AL: 8224773. Proc: 181404001.30347	SEFAZ/RS	1ª Instância	03/07/2018	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0031.48	SEFAZ/RS	Auto de infração lavrado por suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS referente à entrada de bens de uso ou consumo. Crédito de ICMS no valor de R\$ 801.733,96, multa no valor de R\$ 962.080,36 e juros no valor de R\$ 232.725,09.	Aguarda-se julgamento da Impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
001/2019	Prefeitura de Itaquí	1ª Instância	15/02/2019	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001.22	Município de Itaquí	Auto de infração lavrado em decorrência de suposta ausência de retenção de ISS, relativo ao serviço de "seguram de erroz para terceiros" (R\$ 711.522,29)	Aguarda-se julgamento da Impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
19515.720853/2018-27	DRU	1ª Instância	13/12/2018	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0031.48	Receita Federal do Brasil	Auto de infração, que lhe exigiu IRRF, IRPJ e CSLL, acrescidos de juros e multa de ofício agravada para 150%, por suposta fraude nas aquisições de feijão da empresa BREJÃO. Exigido o valor de R\$3.973.670,56, valores consolidados.	Aguarda-se julgamento da Impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
46116300188-7	SEFAZ/MA	2ª Instância	12/08/11	Receita Federal do Brasil	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0017-90	Auto de infração lavrado em face da empresa supostamente ter realizado a entrada, saída ou estoque de mercadoria sem nota fiscal, com falta de pagamento de ICMS (R\$ 1.786.375,12).	A Impugnação foi parcialmente procedente. Houve interposição de Recurso de Ofício. A empresa apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de 1ª instância, que foi julgada parcialmente procedente.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
2015.00008403146-87 consta como encerrado no espalder	SEFAZ/PE	1ª Instância	13/01/16	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	SEFAZ/PE	Auto de infração que lhe exige o crédito tributário de ICMS no valor de R\$ 9.430.872,44, em função de "Deduições do Benefício Fiscal do PRODEPE".	Aguarda-se julgamento da Impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	SEFAZ/SP	2ª Instância	12/10/15	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	SEFAZ/SP	Auto de infração de ICMS relativo às saídas internas com redução de base (RS 4.205.472.61).	Recursos Interpostos até final decisão. Aguarda distribuição.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
4.062.570-9	SEFAZ/SP	2ª Instância	12/10/15	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	SEFAZ/SP	Auto de infração de ICMS relativo às saídas internas com redução de base (RS 4.205.472.61).	recursos Interpostos até final decisão. Aguarda distribuição.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
19515.720853/2018-27	DRJ	1ª Instância	13/12/18	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Receita Federal do Brasil	exige diferença de IRRF, IRPJ, CSLL, acrescidos de juros e multa, que corresponde o crédito tributário consolidado no valor de R\$ 3.973.670,56, lavrado contra Josapar. Os sócios solidários foram intimados também como responsáveis solidários, por atos negociais praticados na empresa no ano de 2013. Augusto Lauro de Oliveira Júnior, Ibrérica Negócios e Participações Ltda, Lauro de Oliveira Lapa e Luciano Adures de Oliveira. Em 13/12/2018 foram apresentadas impugnações contra ao Auto de infração, a impugnação foi julgada e o acórdão está disponível no ECAC da empresa, com data de anexação 26/08/2019, ainda não houve ciência	Aguarda-se julgamento da impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
11080.907380/2012-21	CARF	2ª Instância	14/08/12	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Receita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de saldo negativo de IRPJ, ano-calendário 2006, cujo despacho decisório homologou parcialmente a compensação declarada (valor principal R\$ 1.309.300,94, multa R\$ 261.860,18 e R\$ 535.504,08).	Foi julgada improcedente a Manifestação de inconformidade, razão qual pela foi interposto Recurso Voluntário, que foi julgado parcialmente procedente, reconhecendo o valor de R\$ 953.610,88. Assim, foi interposto Recurso Especial pela PGFN, bem com Embargos pela Contribuinte, os quais aguardam julgamento.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
2016.000005807436-25 (2016.000003460412-45)	SEFAZ/PE	1ª Instância	13/01/16	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	SEFAZ/PE	Auto de infração ICMS que exige o valor de R\$ 875.071,66, multa no valor de R\$787.564,48 e juros no valor de R\$196.095,14, por supostamente utilizar créditos fiscais irregularmente.	Aguarda-se julgamento da impugnação.	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

11.080.007887/2009-87	CARF	2ª Instância	27/11/09	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Receita Federal do Brasil	<p>Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de mercado interno, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 1º trimestre de 2005 no valor de R\$ 2.643.855,79.</p>	<p>A RFB reconheceu parcialmente o direito creditório nos valores de R\$ 1.184.000,92. Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.</p>	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há previsão.
11.080.007887/2009-87	CARF	2ª Instância	27/11/09	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Receita Federal do Brasil	<p>Pedido de Ressarcimento créditos de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação, referentes ao 3º trimestre de 2004 ao 4º trimestre de 2005, no valor de R\$ 92.964,40</p>	<p>Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.</p>	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há previsão.
2010000004499942-61	SEFAZ/PE	1ª Instância	07/09/13	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	SEFAZ/PE	<p>Pedido de Restituição de ICMS, referente ao período de janeiro de 2003 a agosto de 2008 (R\$ 1.807.938,82).</p>	<p>Glosada a quantia de R\$ 233.726,07. A defesa foi apresentada para evitar perecimento de direito, pois não houve qualquer intimação para apresentar Manifestação de Inconformidade. Aguarda julgamento da Manifestação.</p>	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
11.080.904.377/2017-60	SIRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1ª Instância	27/05/17	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Receita Federal do Brasil	<p>Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ no valor de R\$ 1.002.685,00.</p>	<p>A RFB não homologou o Pedido de Compensação, razão pela qual apresentou-se Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento.</p>	Possível	Exigibilidade de créditos tributários.	Não há previsão.
11.080.007884/2009-43	CARF	2ª Instância	27/11/09	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Receita Federal do Brasil	<p>Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 1º trimestre de 2006, sendo R\$ 29.497,27 referente à exportação e R\$ 2.167.588,18 referente ao mercado interno.</p>	<p>A RFB reconheceu parcialmente o direito creditório nos valores de R\$ 23.375,03 (exportação) e R\$ 1.657.319,93 (mercado interno), glosando R\$ 516.390,49. Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.</p>	Possível	Reconhecimento de créditos.	Não há previsão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

11080.720067/2010-18	CMRF	2ª Instância	27/11/09	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Recita Federal do Brasil	Pedido de Ressarcimento de COFINS não-cumulativo, vinculados às receitas de exportação e mercado interno, referentes ao 2º trimestre de 2006, sendo R\$ 48.788.34 referente à exportação e R\$ 1.776.371,15 referente ao mercado interno.	A RFB reconheceu parcialmente o direito creditório nos valores de R\$ 35.521,39 (exportação) e R\$ 1.286.316,32 (mercado interno), glorando R\$ 503.321,78. Após improcedência da Manifestação de Inconformidade, foi interposto Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.	Possível	Reconhecimento o de créditos.	Não há provisão.
5017178-45.2012.404.7100	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	2ª Instância	28/03/2012	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	União Federal	R\$ 6.960.826,50	Trata-se de medida judicial objetivando que a Autoridade Coatora se abstenha de impor as multas previstas na Lei nº 9.430/96, com redação dada pelo artigo 62 da Lei nº 12.249/10. Em 16/04/2012, sobreveio a decisão indeferindo a liminar pleiteada pela Impetrante. Em 17/12/2013, sobreviu sentença concedendo a segurança pleiteada. Em 07/01/2014, a União Federal interps Recursos de Apelação, ao qual foi negado provimento. Em 24/03/2014, a União Federal interps Recurso Extraordinário, o qual foi sobrestado ao Tema nº 736 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5003891-77.2015.4.04.7110 (2001.71.10.000840-6)	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	2ª Instância	17/06/15	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	EletoBrás	R\$ 8.470.160,44	Trata-se de cumprimento de sentença no processo nº 2001.71.10.000840-6, em face do reconhecimento do direito à integralidade da correção monetária dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório às Centrais Elétricas Brasileiras S/A - EletoBrás. Em 17/06/2015 a ação foi distribuída. Em 11/11/2015, a RE foi intimada para o pagamento da condenação. Em 09/12/2015, a RE apresentou petição impugnando o cálculo apresentado pela Autora, e reconhecendo como devido, apenas o valor de R\$ 2.724.336,29. A Autora apresentou petição ratificando os termos da inicial e requerendo expedição de alvará. Em 23/02/2016 foi interposto Agravo de Instrumento pela EletoBrás insurgindo-se contra a forma de cumprimento do julgado. Em 07/07/2016, foi negado provimento ao Agravo da EletoBrás. Em 25/04/2017, a EletoBrás interps Recurso Especial, o qual foi provido, a fim de reformar o acórdão recorrido e autorizar a conversão do cumprimento de sentença em liquidação por arbitramento. Em 31/10/2017, foi determinada a remessa a contadora, bem como para as partes apresentarem quesitos. Em 27/11/2017 a autora apresentou quesitos. Em 20/02/2018, foi juntado parecer pelo Setor de Cálculos Judiciais da Justiça Federal. Em 12/03/2018 a Empresa se manifestou alegando que não concorda integralmente com o cálculo apresentado. Em 24/04/2018 peticionamos reiterando o pedido já formulado para determinar à Contadora que confeccione novos cálculos de acordo com os critérios definidos aplicando-se os juros de mora de 6% ao ano calculados sobre os valores atualizados até 01.2003 devem ser atualizados pela variação do IPCA-E até a data do cálculo exequendo. Em 10/06/2019 foi publicada decisão encerrando o procedimento de liquidação, arbitrando como devido o valor de R\$ 8.440.634,40, atualizado até junho de 2015. Em 12/07/2019 a EletoBrás interps Agravo de Instrumento junto ao TRF4 (5029792-95.2019.4.04.0000), onde, em 08/10/2019, foi deferido o pedido de antecipação da tutela recursal. Contra essa decisão opusemos Embargos de Declaração em 14/10/2019. Em 13/02/2020 foram apresentadas contrarrazões e o recurso está concluído para julgamento.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5088930-92.2019.4.04.7100	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	2ª Instância	26/12/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-23	União Federal	R\$ 1.056.383,05	Trata-se de medida judicial objetivando o reconhecimento do direito a não inclusão na base de cálculo do IPI, respectivo adicional e da CSLL os valores correspondentes ao benefício da base de cálculo reduzida de ICMS, concedido pelos Estados da Federação e recebidos pela Impetrante, até entrada em vigor da Lei complementar 1.601/2017, uma vez que não pode a União retirar, por via oblíqua, o benefício fiscal concedido pelo Estado da Federação, no exercício de sua competência, em clara afronta ao princípio do pacto federativo e a uniformidade da tributação federal, consonte a tese fixada pelo STJ e seguida pelos Tribunais Pátrios, bem como a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de IPI/respectivo adicional e CSLL, nos últimos 05 anos, limitados ao período dos anos-calendário de 2014 a 2017. Em 30/10/2020, foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada. No entanto, a Impetrante opôs Embargos de Declaração com fins de sanar obscuridade do julgado, os quais foram rejeitados. A Impetrante e a União Federal interuseram Recurso de Apelação. Atualmente, o prazo encontra-se aberto para apresentação de contrarrazões. Em 02/03/2021, os autos foram remetidos para o TRF4. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações.	Possível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Número do Processo	Tribunal	Instância	Data	Partes	Valor	Descrição	Resultado	Garantia	Observações
5098937-84.2019.4.04.7100	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	2ª Instância	26/12/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-24	R\$ 1.048.189,77	Trata-se de medida judicial objetivando o reconhecimento do direito a não inclusão na base de cálculo do IRPJ, respectivo adicional e da CSU, os valores correspondentes ao benefício do crédito presumido do ICMS, concedido pelos Estados da Federação, e recebidos pela Impetrante, até entrada em vigor da Lei complementar 160/2017, uma vez que não pode a União retirar, por via oblíqua, o benefício fiscal concedido pelo Estado da Federação, no exercício de sua competência, em clara afronta ao princípio do pacto federativo e a uniformidade da tributação federal, consoante a tese fixada pelo STJ e segundo Tribunais Rápidos. Bem como a compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de IRPJ, respectivo adicional e CSU, nos últimos 05 anos, limitados ao período dos anos-calandário de 2014 a 2017. Em 04/10/2020, foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada. No entanto, a Impetrante opôs Embargos de Declaração com fim de sanar obscuridade do julgado - os quais foram acolhidos. A União Federal interps Recursos de Apelação. Em 22/01/2021, os autos foram remetidos para o TRF4. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Apelação da União., pautado para 27/04/2021.	Sem garantia	Possível	Não há como provisionar valor
5042623-21.2019.4.04.7100	1,4ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	11/07/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-24	R\$ 9.011.973,51	Trata-se de medida judicial objetivando que seja determinado a Autoridade Coatora que proceda à análise e decida os pedidos de restituição constantes dos PER/DCOMPs nºs: 24253.71366.311013.1.1.10-1919, 42600.03864.311013.1.1.10-7841, 18018.37027.12124.1.5.10-5202, 34112.02384.101214.1.1.10-4931, 24274.31284.130715.1.1.18-4860, 36367.61401.141015.1.1.18-1811, 14778.45337.290316.1.1.18-1687, 14717.67119.290316.1.1.18-0109, 09464.68922.311016.1.1.18-9157, 37273.06781.311016.1.1.18-3251, 17846.33066.311016.1.1.18-1838, 28037.80982.181116.1.1.18-9023, 11503.76417.300117.1.1.18-7978, 07237.86125.300117.1.1.18-5590, 24788.84973.311017.1.1.18-8831, 30096.98772.270317.1.1.18-5590, 12567.58710.261217.1.1.18-0812, 14523.31225.261217.1.1.18-0049, 39628.80983.311013.1.1.10-2015, 24363.62292.311013.1.1.10-0604, 21258.41250.12124.1.5.10-0909, 08873.06617.101214.1.1.10-2560, 37122.60004.311013.1.1.11-0545, 41010.35149.131113.1.5.11-7908, 34681.58611.12124.1.5.11-8879, 42375.45817.101214.1.1.11-6574, 24320.11097.170415.1.5.19-8994, 23-2631540.36749.141015.1.1.19-0977, 22824.60727.290316.1.1.19-6728, 39362.90399.290316.1.1.19-0415, 25820.9291.311016.1.1.19-6001, 10713.45340.311016.1.1.19-4200, 34490.60512.311016.1.1.19-6316, 23469.73725.181116.1.1.19-0695, 01441.17524.300117.1.1.19-9526, 27110.64704.300117.1.1.19-0872, 08249.53172.310117.1.1.19-9717, 36238.30562.70317.1.1.19-8203, 15988.40896.261217.1.1.19-9496, 19769.54355.261217.1.1.19-0253, 19305.50493.311013.1.1.19-8617, 29423.90461.311013.1.1.19-4374, 23482.15851.12124.1.3.09-0330, 38930.31751.101214.1.1.09-7375 no prazo de 60 dias, aplicando a SELIC desde o protocolo administrativo. Em 16/12/2019, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança. Em 20/01/2020, opusemos Embargos de Declaração para corrigir erro material, referente a um dos números de PER/DCOMP - os quais foram acolhidos em 14/02/2020. Da sentença, interpusemos recurso de apelação para aplicar a taxa SELIC a partir da data do protocolo administrativo. A Impetrada também interps recurso de apelação. Em 19/08/2020, sobreveio Acórdão negando provimento às apelações e à remessa necessária. A Impetrante opôs Embargos de Declaração com fins de praquestionamento e	Sem garantia	Ganho de causa	Não há como provisionar valor
5066740-76.2019.4.04.7100	1,4ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	02/10/19	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0001-24	R\$ 13.659.698,65	Trata-se de medida judicial objetivando que seja determinado à Autoridade Coatora que proceda à análise e decida os pedidos de ressarcimento 28118.42293.210818.1.1.19-7933; 41934.87863.300818.1.1.19-7187; 19689.76372.310818.1.1.19-4826; 22857.81127.050918.1.1.19-1932; 14444.16478.210818.1.1.18-9231; 00690.39342.300818.1.1.18-0030; 31479.96281.310818.1.1.18-9621; e 30502.20969.050918.1.1.18-3000 no prazo máximo de 30 dias, bem como atualize os créditos pela taxa SELIC a partir da data de protocolo. Em 26/06/2020, foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança pleiteada, reconhecendo a incidência da Taxa SELIC a partir do 30% contado da data do protocolo administrativo. A Impetrante opôs Embargos de Declaração com o fim de sanar omissão referente ao seu pedido para que fosse obtida a compensação de ofício com débitos com exigibilidade suspensa - os quais foram acolhidos. A Impetrante e a União interpuseram Recurso de Apelação. Em 08/10/2020, porém, a União requereu a desistência do seu recurso, a qual foi homologada. Em 14/10/2020, os autos foram remetidos para o TRF4. Em 10/02/2021, a 1ª Turma do TRF4 entendeu por não conhecer a Apelação da Impetrante e negar provimento à Apelação da União e à remessa necessária. Em 10/03/2021, a fase de conhecimento do processo transitou em julgado e os autos foram remetidos à Vara de origem. Em 31/03/2021, a Empresa interps o cumprimento de sentença. Atualmente, aguarda-se a emissão da RPV.	Sem garantia	Ganho parcial de causa	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

054/1.14.0001872-0 (0003792-472014.8.21.0054)	1ª Vara de Itaquí	1ª Instância	06/10/2014	Josapar - Joaquin Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaquí	RS 537.241,89	Trata-se de medida judicial, com pedido liminar, objetivando a desconstituição do débito tributário referente a notificação de lançamento de ISSQN nº 342/2014. Em 13/10/2014, a Autora interpostos Agravo de Instrumento, o qual deferiu a antecipação de tutela requerida em 21/11/2014. Em 17/12/2014, foi juntada contestação do Réu. Em 25/02/2015, foi conhecido do agravo de instrumento e dado provimento, ratificando a antecipação de tutela recursal, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo Município, atuada sob nº 054/1.14.0002246-8, até o julgamento da ação anulatória. Em 18/06/2015, tomou-se por termo o bem oferecido pela executada para a manutenção do efeito suspensivo da decisão. Em 17/04/2018 foi proferido despacho para cumprir a decisão do agravo de instrumento, para suspender a exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado nos autos da execução fiscal ajuizada pelo Município sob o nº 054/1.14.0002246-8, até o julgamento final da ação anulatória. Diante da contestação apresentada pelo Município de Itaquí, a autora foi intimada para réplica em 18/02/2019. Em 11/03/2019 a autora apresentou réplica à contestação. Em 21/03/2019 as partes foram intimadas para apresentar as provas que pretendem produzir. Em 02/07/2019 a autora peticionou requerendo o deferimento dos pedidos de realização de prova pericial contábil e técnica de engenharia de produção, com a designação de peritos devidamente habilitados, bem como, após o deferimento, seja a Autora intimada para apresentar quesitos. Em 27/09/2019 foi deferida a realização de prova pericial e nomeado para tanto os peritos: Joares Osélio para a realização da perícia contábil e Ancom Jeselê Machado Leal para a perícia na área de engenharia de produção, intimadas as partes para indicar assistentes técnicos e quesitos. Em 21/10/2020, foi determinada a expedição do mandado de intimação ao Município de Itaquí para cumprimento da medida liminar deferida - qual seja, de suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ISSQN cobrado na execução em apenso. Em 09/04/2021, foi publicada a nota de expediente intimando o autor da manifestação do réu.	Com garantia	Não há como provisionar valor
054/1.14.0002246-8-0004538-122014.8.21.0054 (Processo apenso aos Embargos à Execução Fiscal nº 054/1.16.00008822-1)	1ª Vara Cível de Itaquí	1ª Instância	01/10/2014	Josapar - Joaquin Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Josapar - Joaquin Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Valor já consta na Anulatória nº 054/1.14.0001872-0	Trata-se de Execução Fiscal interposta pelo Município de Itaquí, objetivando a cobrança da dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa nº 13947/2014. Em 31/10/2014, a Executada nomeou bens à penhora e requereu a abertura de prazo para apresentar Embargos à Execução. Em 06/02/2015 foi determinado a suspensão desta Execução Fiscal, bem como que a mesma seja apensada junto à ação anulatória. Em 18/06/2015 foi proferida decisão na ação anulatória tomando por termo o bem oferecido pela executada. Em 24/08/2020 foram recebidos os autos para a suspensão do processo.	Com garantia	Não há como provisionar valor
054/1.16.00008822-1	1ª Vara de Itaquí	1ª Instância	23/05/2016	Josapar - Joaquin Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	Município de Itaquí	Valor já consta na Anulatória nº 054/1.14.0001872-0	Trata-se de Embargos à Execução Fiscal de nº 054/1.14.0002246-8, objetivando o deferimento da antecipação de tutela, para fins de anular notificação fiscal de lançamento de ISSQN nº 342/2014, desconstituindo-se, o crédito tributário vergastado em face da não incidência de ISSQN à atividade praticada pela Embargante. Em 01/06/2016, sobreveio despacho para que se reitifique o valor da causa e o recolhimento de custas complementares. Em 22/11/2016, a Autora apresentou petição requerendo que a ação anulatória nº 054/1.14.0001872-0 seja recebida como Embargos à Execução.	Posível	Não há como provisionar valor
1001969-062014.8.26.0014 (0002176-462019.8.26.0014) (0135293-962020.8.26.0500)	Vara das Execuções Fiscais Estandards de São Paulo	1ª Instância	30/10/2014	Josapar - Joaquin Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Estado de São Paulo	Valor já consta na Execução Fiscal nº 0538440-53.0089.8.26.0014	Trata-se de Embargos à Execução Fiscal de nº 0538440-53.0089.8.26.0014, objetivando anular os débitos inscritos em dívida ativa sob os nº's 1.005.595.472, 1.005.595.494, 1.005.595.506, 1.005.595.517 e 1.005.595.528, e extingui a execução fiscal de nº 0538440-53.0089.8.26.0014. Em 13/05/2017, os embargos foram recebidos e houve a suspensão da execução. Em 23/09/2015, a embargada apresentou impugnação aos embargos à execução. Em 24/10/2018, foi proferida sentença de procedência. Diante da decisão, o Estado de SP interpostos recurso de Apelação, e o processo foi remetido ao TSP. Em 26/06/2019 negaram provimento ao recurso da União. Em 21/08/2019 o acórdão transitou em julgado no TSP e o processo retornou para origem. Em 06/11/2019 apresentamos cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública ajuizado sob o nº 0002176-462019.8.26.0014. Em 23/11/2019 foi determinada a intimação da Fazenda Pública para, querendo, apresentar impugnação, mas o Estado de São Paulo não se manifestou. Em 24/04/2020 peticionamos requerendo a expedição de RPV. Em 17/11/2020, foi certificada a juntada do demonstrativo de pagamento em relação ao Incidente de Requisição de Pequeno Valor. Em 25/11/2020, foi juntada o comprovante de depósito de Juntada. Em 01/12/2020 foi deferido a expedição do mandado de levantamento eletrônico em favor do exequente.	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

5037413-91.2016.4.04.7100 (REsp nº1735690)	STJ	3ª Instância	30/05/2016	União Federal	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	RS 1.375.920,95	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança da dívida no valor de R\$ 1.375.920,95, conforme anexa a Certidão de Dívida Ativa da União, nº 12.614.516-0. Em 27/06/2016 a União peticionou, requerendo a penhora de dividendos ou arresto dos valores suficientes à garantia da execução. Em 01/07/2016 sobrevo despacho determinando a citação e a penhora dos valores via RACENJUD. Em 05/07/2016 foram expedidas cartas precatórias à CVM e BM & F BOVESPA para penhora dos dividendos. Em 08/07/2016, a executada apresentou Exceção de Pré-Executividade, com pedido liminar para que sejam suspensas as constituições (penhora online e constituição na liberação de dividendos). Por fim requereu a nulidade da CDA e a extinção da Execução Fiscal. Em 11/07/2016 foi revogada a execução dos valores junto às instituições financeiras. Em 07/12/2016 foi proferida sentença, julgando procedente os pedidos da executada, acolhendo exceção de pré-executividade e julgando extinta a Execução Fiscal, condenando a União ao pagamento de honorários advocatícios a executada, os quais fixados em 10% sobre o valor arrestado via RACENJUD. Em 15/12/2016, a executada opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Em 15/02/2017, Executada interpôs Recurso de Apelação. Em 08/08/2017, foi reformada a sentença, dando parcial provimento ao apelo da Executada para majorar os honorários de sucumbência. Atualmente aguarda julgamento dos Embargos de Declaração. Em 12/12/2017 sobrevo decisão que deu provimento aos Embargos de Declaração da União e julgou prejudicado os Embargos de Declaração da Empresa. Em 14/02/2018, a Executada interpôs Recurso Especial, o qual fora contrarrazoado em 24/03/2018. Em 09/04/2018, sobrevo decisão do Recurso Especial, a qual fora contrarrazoado em 24/03/2018. Em 17/04/2018 o processo foi distribuído no STJ e registrado sob o REsp nº 1735690. Em 09/12/2019 foi publicada decisão monocrática negando provimento ao Recurso Especial. Diante disso, foi interposto Agravo Interno, para ajustar a base de cálculo dos honorários advocatícios ao provento econômico obtido com a exceção de pré-executividade apresentada. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo Interno interposto.	Sem garantia	Não há como provisionar valor
2009.71.00.020803-2 (5076694-81.2016.4.04.7100)	16ª Vara Federal de Porto Alegre	1ª Instância	20/07/09	União Federal	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	RS 708.513,53	Execução fiscal ajuizada em face das Certiões de Dívida Ativa nºs. 0020700308789, 0026700308860 e 0060701089427, em 07/01/2010, a União Federal peticionou informando que a executada aderiu a 1ª fase do parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, que se encontra pendente de negociação e consolidação, em face disso pediu a suspensão da execução. Em 27/04/2010, a União peticionou requerendo a penhora no rosto dos autos da Execução de sentença nº 93.00.04106-1, onde a executada possui crédito a receber da União, através de precatório. Em 13/12/2010, foi proferida decisão indeferindo o pedido da União Federal. Em 05/04/2011, a executada se manifestou requerendo a suspensão da presente Execução Fiscal tendo em vista que serão extintos os débitos que constituem a CDA executada pela conversão de saldo remanescente dos depósitos judiciais realizados no Mandado de Segurança nº 20007.71.10.002359-2. Em 27/04/2011, a União requereu a suspensão de 120 dias da Execução Fiscal tendo em vista que o parcelamento celebrado pela executada continua ativo. Em 22/02/2012, foi proferido despacho determinando a suspensão da presente execução, que permanece até o presente momento. Em 11/11/2016, o processo passou a tramitar de forma eletrônica. Atualmente, o feito permanece suspenso/sobrestado em razão do parcelamento do débito.	Sem garantia	Não há como provisionar valor
5016858-19.2017-404.7100	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	2ª Instância	28/03/17	União Federal	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, CNPJ nº 87.456.562/0001-22	RS 7.473.651,03	Trata-se de mandado de segurança em que a impetrante requer, em sede liminar, a concessão de ordem para suspensão da exigibilidade do crédito tributário objeto do processo administrativo fiscal nº 11080.010028/2005-62, assegurando a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição em cadastros de devedor. Em 12/09/2017, foi proferida sentença de procedência da ação. Em 01/11/2017, a União interpôs Recurso de Apelação. Atualmente, os autos estão conclusos para julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União.	Sem garantia	Não há como provisionar valor
0205970-30.2015-806.0001	3ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza	1ª Instância	13/11/2015	Estado do Ceará	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	O débito já é objeto da Execução Fiscal de nº 0065008-61.2017.8.06.0064.	Trata-se de medida judicial objetivando declarar insubsistente o auto de infração lavrado sob o nº 200815311-8, diante da regularidade dos procedimentos da Autora, e consequentemente, anular o referido auto de infração e o débito oriundo do mesmo. Foi apresentada contestação pelo Estado. Em 19/08/2016 a Autora apresentou réplica à contestação. Em 05/09/2016 a Autora se manifestou acerca da intimação para produzir prova, aduziu pela prova pericial. Em 20/09/2016, foi nomeado perito. Em 21/10/2016, a empresa apresentou quesitos. Atualmente, aguarda-se prosseguimento do feito.	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

08.10083-02.2017.4.05.8300	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2ª Instância	01/07/2017	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Inspector Chefe da Inspeção da Receita Federal do Brasil em Recife/CE	R\$ 59.022.835,91	Trata-se de medida judicial objetivando, liminarmente, a suspensão da exigibilidade do débito, decorrente do Auto de Infração lavrado no processo administrativo nº 10480.72.1069/2011-30 e, no mérito, provimento jurisdicional que determinasse o cancelamento integral do referido expediente fiscal, com o consequente cancelamento do crédito tributário em razão da regularidade fiscal adotada pelo impetrante quando das operações de importação de arroz do Uruguai e da Argentina. Foi profereida sentença de improcedência, razão pela qual a impetrante interpôs Recurso de Apelação. Em 09/02/18, foi oferecido Seguro Judicial de R\$ 59.212.052,50 para garantia dos débitos em discussão. Em 21/02/18 foi proferido despacho concedendo a tutela recursal para aceitar a garantia e determinar que os débitos não sejam óbice à expedição de CND e que os mesmos não sejam inscritos no CADIN. Diante da decisão, a União opôs Embargos de Declaração. Em 20/09/2018 foi negado provimento aos embargos de declaração. Em 09/10/2018 a Fazenda Nacional juntou Embargos de Declaração, o qual restou negado em 30/04/2019. As partes foram intimadas para se manifestar a respeito de habilitação de terceiro interessado. Em 10/03/2020, foi indeferido o pedido da ABIARROZ de ingressar no feito como terceiro interessado. Atualmente, aguarda-se o prosseguimento do feito.	Posível	Com garantia	Não há como provisionar valor
0002475-38.2019.8.21.0054 (054/119.0001046-9)	2ª Vara da Comarca de Itaquí/RS	1ª Instância	10/07/2019	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaquí	R\$ 737.064,43	Trata-se de medida judicial objetivando a anulação do auto de infração 001/2019 (Processo Administrativo 270/2019), desconstituindo-se, consequentemente, o respectivo crédito tributário face a não incidência de ISS sobre a atividade de secagem de arroz, bem como sua comercialização de arroz. Em 15/08/2019, sobreveio decisão deferindo o pedido liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão até o julgamento da presente ação anulatória. Em 24/07/2020, após oposição de Embargos de Declaração, os mesmos foram desacolhidos, considerando que a decisão foi clara no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se o prosseguimento do feito.	Posível	Com garantia	Não há como provisionar valor
0003805-70.2019.8.21.0054 (054/119.0001789-7)	2ª Vara da Comarca de Itaquí/RS	1ª Instância	09/10/2019	Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações - CNPJ nº 87.456.562/0031-48	Município de Itaquí	R\$ 728.979,52	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Itaquí referente ao ISON incidente sobre o serviço de secagem de arroz. Considerando que os débitos estão com a exigibilidade suspensa, fora apreendida Exceção de Pte Executividade. Atualmente, aguarda-se o prosseguimento do feito. Em 28/09/2020 sobreveio a decisão determinando a prevenção da 2ª Vara Judicial de Itaquí, tendo em vista a ação anulatória ajuizada pelo executado em relação aos valores cobrados na presente demanda. No mesmo ato, determina que os autos sejam arquivados ao processo de nº 054/1.19.0001046-9. Em 16/04/2021, os autos foram remetidos a 2ª Vara de Itaquí.	Posível	Sem garantia	Não há como provisionar valor

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Processos judiciais administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex administradores, controladores, ex controladores ou investidores:

Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte, cujas partes contrárias sejam sejam administradores, ex administradores, controladores, ex controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes:

Não há qualquer processo sob sigilo em que a empresa ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Processos repetitivos ou conexos:

Não há processos repetitivos ou conexos em que a empresa ou suas controladas sejam parte.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2020, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$178.000.

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão para contingências	18.929	14.541	20.355	15.967
(-) Depósitos judiciais	(2.662)	(2.648)	(4.088)	(4.074)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>16.267</u>	<u>11.893</u>	<u>16.267</u>	<u>11.893</u>

OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Tributos s/ deprec. Incentivada	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos(*)	31.682	25.169	39.254	32.751
Parcelamentos (**)	34.858	39.073	34.858	39.073
	<u>66.540</u>	<u>64.242</u>	<u>74.112</u>	<u>71.824</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

4.7 - Outras Contingências Relevantes**IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição social diferida	8.503	11.052	8.503	11.052
Imposto de renda diferido	20.053	28.950	20.053	28.950
	<u>28.556</u>	<u>40.002</u>	<u>28.556</u>	<u>40.002</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição social diferida	(8.387)	(6.665)	(11.042)	(9.324)
Imposto de renda diferido	(23.295)	(18.504)	(28.212)	(23.427)
	<u>(31.682)</u>	<u>(25.169)</u>	<u>(39.254)</u>	<u>(32.751)</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Corrente				
Contribuição social	(6.617)	-	(8.046)	(1.972)
Imposto de renda	(20.292)	-	(24.190)	(5.378)
	<u>(26.909)</u>	<u>-</u>	<u>(32.236)</u>	<u>(7.350)</u>
Diferido				
Contribuição social	(4.271)	6.534	(4.271)	6.534
Imposto de renda	(13.689)	17.639	(13.689)	17.639
	<u>(17.960)</u>	<u>24.173</u>	<u>(17.960)</u>	<u>24.173</u>
	<u>(44.869)</u>	<u>24.173</u>	<u>(50.196)</u>	<u>16.823</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	76.698	(13.487)	88.614	1.665
Eliminações-ajustes efeito controlada	-	-	6.591	7.802
	<u>76.698</u>	<u>(13.487)</u>	<u>95.205</u>	<u>9.467</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(26.077)	4.586	(32.370)	(3.219)
Exclusões (adições) permanentes	1.011	5.464	1.011	5.464
Exclusões (adições) temporárias	(15.375)	15.377	(15.375)	15.377
Efeito tributação em controlada	-	-	966	455
Outros	(4.428)	(1.254)	(4.428)	(1.254)
	<u>(44.869)</u>	<u>24.173</u>	<u>(50.196)</u>	<u>16.823</u>

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentada por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social	3.564	4.025	3.564	4.025
FUNRURAL	35.606	39.010	35.606	39.010
	<u>39.170</u>	<u>43.035</u>	<u>39.170</u>	<u>43.035</u>

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural- PRR Lei 3.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Regras país origem / país custodiante

Empresa privada nacional sem valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Descrição de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *financing*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural às importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2022
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro 2022
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro 2022

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2021
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Março 2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Março 2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Março 2021

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Descrição do gerenciamento de risco de mercado

Respondido no item 5.1.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 Controles internos

- a) Principais práticas: Análises de relatórios no ERP principal e ERP gerencial da companhia, bem como confronto de informações com planilhas auxiliares de gestão e relatórios contábeis da empresa.
- b) Estruturas organizacionais envolvidas: Grupos mistos que englobam Diretoria, Gerências, Coordenadores e supervisores de área em estruturas de linha e cruzadas entre áreas distintas.
- c) A eficiência dos controles é supervisionada diretamente pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Diretor Operacional da Companhia.
- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditoria independente: a Administração da companhia entende não haver deficiências significativas e relevantes que justifiquem ênfase nessa seção.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 Programa de Integridade

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando:**

A Companhia estruturou ao longo do ano de 2019 os principais pilares de seu Programa de Compliance, reforçando seu compromisso com a ética e integridade, assim como desenvolveu políticas, procedimentos e práticas para evitar, detectar e combater atos contrários às leis e regras internas.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas

A Companhia possui Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. Além disso, promoveu treinamento das lideranças em suas diferentes unidades.

As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia formou o Comitê de Ética e Compliance, órgão de assessoramento da Diretoria, a quem incumbe implantar as atividades previstas no trabalho de estruturação do Programa de Compliance. A instauração do Comitê foi formalmente aprovada em reunião da Diretoria datada de 10 de dezembro de 2018.

Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

A Companhia possui um Código de Ética voltado para todos os colaboradores, independentemente de cargo ou função exercida, bem como aos fornecedores, representantes, produtores, prepostos, prestadores de serviços, intermediários, parceiros, sócios e todos aqueles que de alguma forma representem a empresa. O Código foi aprovado pela Diretoria em reunião datada de 23 de julho de 2019.

- a. Se o emissor possui canal de denúncia**

A Companhia possui o canal de comunicação através do e-mail ouvidoria@josapar.com.br, ferramenta pela qual está apta a receber reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informações.

- b. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

Não aplicável à Companhia, uma vez que não realizou tais operações.

- c. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não obstante a pouca interação com a Administração Pública, a Companhia está estruturando seu Programa de Compliance.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

O ano de 2020 foi marcado pela evolução da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, que trouxe consigo uma mudança importante nos hábitos de vida e consumo nunca antes experimentados pela sociedade, provocando impactos nos mercados e na economia tanto em âmbitos local, regional e global. Termos como isolamento social, distanciamento, e lockdown se tornaram cotidianos, e com isso as pessoas, empresas e comunidades se viram obrigadas a reorganizar suas atividades em prol da segurança sanitária.

O segmento em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, alimentação, é essencial para a vida das pessoas. Nesse sentido a empresa tomou todas as medidas sanitárias e de segurança relacionadas a seus fornecedores, colaboradores e clientes, o que a permitiu trabalhar de forma ininterrupta desde o início da declaração do estado de Pandemia até os dias de hoje, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Momentos de isolamento social, com novos hábitos familiares de consumo em casa, proporcionaram a maior procura por alimentos essenciais de reconhecida qualidade e excepcional rendimento, como as marcas de arroz e feijão que a Companhia produz. Esse aumento da demanda no mercado interno e externo, aliado à atividade ininterrupta da Josapar em todos os momentos, contribuiu positivamente para o desempenho da organização no ano de 2020.

A economia diante desse contexto extraordinário e de extremos, com muitos segmentos impactados negativamente e alguns positivamente com a pandemia, incorreu no afrouxamento fiscal como forma de manutenção de renda e sobrevivência da população, como o auxílio emergencial e medidas pela manutenção do emprego formal.

A Selic caiu sequencialmente ao longo do ano, passando de 4,5% até fechar o exercício na sua mínima histórica de 2%aa, enquanto o câmbio desvalorizou. O dólar médio de 2020 alcançou R\$ 5,20 enquanto em 2019 fora de R\$ 3,95, ajudando a potencializar as exportações.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2019/2020 apresentou uma produção de 11,2 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,9 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,8 milhões de toneladas quando comparada à de 2018/2019. A produtividade média no Brasil foi 10% maior, de 6.713Kg/ha contra 6.153kg/ha. O aumento de produtividade e da oferta de arroz na safra não foi suficiente para conter a pressão no nível de preços ocasionado pelo aquecimento da demanda interna e externa do grão, e o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2020 foi de R\$ 71, bem acima dos R\$ 42,5 no exercício de 2019.

A margem bruta da Companhia foi de 27,4% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 428 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 473 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 28,8 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 148 milhões, contra R\$ 64 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima, e as medidas de garantia de renda do governo para a população nesse cenário atípico de Pandemia contribuíram para as margens e rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2020 atingiu R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2019 foi de R\$ 10,6 milhões (R\$ 1.010 pelo lote de 1.000 ações).

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações consideradas relevantes pela Administração da companhia sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	13/11/1973
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/03/1988

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico

Fundada em 1973 (antiga Suprarroz S/A Indústria e Comércio) com capacidade instalada de processamento de 20.000 toneladas de arroz em casca ao ano, a Josapar se tornou, em virtude de qualidade de seus produtos e dos constantes investimentos, uma grande companhia de alimentos, uma das maiores processadoras de arroz e feijão do país, com capacidade instalada para processar em torno de 770.000 toneladas anuais de matéria prima de arroz em suas 6 unidades operacionais.

Visando o aproveitamento integral do grão de arroz, inaugurou em 1980 a unidade de arroz parboilizado e em 1984, a unidade de produção de farinha, a partir dos grãos quebrados no processo de beneficiamento.

Em 1987 a Companhia expandiu a capacidade das unidades existentes, localizadas em Pelotas e em 1989, inaugurou sua nova unidade de Itaqui, atendendo a crescente demanda por seu produtos.

No início dos anos 90, com o alargamento da fonte de suprimentos, a empresa construiu duas Unidades de Reprocessamento (chamadas URP), com o objetivo de ajustar as fontes de suprimentos ao padrão adequado de qualidade de seus produtos, acrescentando 81.000 toneladas anuais em sua capacidade de produção.

Em março de 1992, a capacidade de Itaqui foi ampliada em 240.000 toneladas anuais, objetivando a participação da crescente expansão da produção de arroz na Argentina e da criação do Mercosul.

Com as unidades de Pelotas e Itaqui, a Josapar participa dos mercados em mais de 80% das regiões produtoras de arroz do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1998 a Companhia iniciou projeto de ampliação, modernização e implantação de novos complexos industriais em Pelotas e Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, projetos integralmente conclusos ao final do ano 2000.

Neste mesmo ano entrou em operação a Unidade de Pernambuco, com capacidade para beneficiar 80 mil toneladas anuais de arroz com casca.

Entre 2005 e 2010, realizou investimentos de ampliação e atualização tecnológica na ordem de mais de R\$ 100 milhões, passando a ter capacidade de armazenamento estático de matéria- prima de 250.000 toneladas, representando mais de 5 milhões de sacos de arroz, e dando seqüência a premissa estratégica de possuir estruturas adequadas para oferecer o melhor arroz do Brasil a seus consumidores, através de 9 filiais comerciais (PR, SP, RJ, DF, MG, BA, CE, MA, PA) e mais de 80.000 pontos de venda em todo o território brasileiro.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Pedido de falência ou recuperação:

Não há pedido de falência ou recuperação.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Outras informações relevantes - histórico

Não há informações relevantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1.1. Descrição atividades emissor / controladas:

Empresa de capital totalmente privado nacional, a Josapar é uma das maiores beneficiadoras de arroz do mundo e única empresa do setor com forte posição competitiva em todas as regiões do Brasil. Detém a marca líder (em alguns estados do país) do segmento de arroz branco Premium – Tio João, há mais de 33 anos e há 21 anos a marca mais lembrada em pesquisas de *Top Of Mind/RS*, além de várias outras premiações estaduais.

Controla a Real Empreendimentos S/A, empresa que mantém interesse na área de comércio e administração de imóveis.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a. Informações específicas de sociedade de economia mista

Não se aplica, pois a companhia é uma sociedade anônima.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A empresa controladora utiliza o porte e estrutura de distribuição e vendas para comercializar diversas marcas relacionadas na linha de arroz branco, arroz parboilizado e integral, farelo, farinha de arroz, linhas de facilitadores e semi-prontos – com maior valor agregado – Cozinha Fácil Tio João, Cozinha & Sabor, Variedades Mundiais, além de feijão em todas as suas variedades com a marca Biju. Desde a década de 80 possui uma unidade de fertilizantes, com a marca Organo NPK, fomentando os produtores e fornecedores de arroz da companhia, além de atender o segmento fumageiro do sul do Brasil. Desde o final da década de 90, iniciou a operação e comercialização de produtos a base de proteína isolada de soja, com a marca Suprasoy.

A controlada atua na comercialização de imóveis comerciais – vendas e locações, e na exploração de *shopping centers*.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita da Companhia

Distribuição da receita por segmento	2020	2019	2018
Arroz Branco	56%	55%	52%
Arroz Parboilizado	12%	11%	11%
Produtos Semi Prontos (arroz e divisão soja)	7%	8%	9%
Adubo	17%	18%	20%
Feijão	2%	3%	2%
Imóveis	3%	4%	3%
Demais Produtos	3%	1%	3%
Total	100%	100%	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Produção, comercialização e mercado

a) Características do processo de produção

O mercado de arroz do Brasil está intimamente ligado com a produção da matéria-prima. Em termos quantitativos, comparando-se produção total e consumo total de arroz, poderia se dizer que o país é auto-suficiente. Porém, em termos qualitativos, onde segrega-se as culturas, observa-se que a produção da variedade mais consumida no mercado tem a classificação de agulhinha tipo 1, proveniente da cultura irrigada de produção de arroz.

No Estado do Rio Grande do Sul está concentrada aproximadamente 95% da produção desta classificação de arroz do Brasil, fato que explica a presença no estado das maiores indústrias brasileiras deste segmento.

O ano agrícola desta cultura tem início e fim no mês de Junho de cada ano. A preparação das lavouras e plantio, via de regra, ocorre nos meses de julho a novembro, o nascimento, floração e maturação nos meses de dezembro a fevereiro, e a colheita tem início em fevereiro e se estende, dependendo da região, até o mês de maio.

A Companhia não possui áreas de plantio nem atua como produtor primário nessa cadeia. Seu papel na produção está no fomento dos produtores parceiros e selecionados através de sua unidade de insumos agrícolas, que entrega fertilizantes da mais alta qualidade e oferece acompanhamento técnico das lavouras, garantindo dessa forma a qualidade nobre dos grãos que chegam à mesa do exigente consumidor brasileiro.

Nem todo o produtor detém infra-estrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz produzido. É nessa etapa, na colheita, que volta a aparecer a presença da indústria. A Companhia detém inúmeras unidades exclusivas para recebimento de arroz na colheita, além de suas próprias principais unidades industriais. Estão geograficamente localizadas nos grandes pólos produtores de arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e recebem a maior concentração da matéria prima nos meses de colheita da safra.

A partir do recebimento, classificação, secagem e maturação do grão nas unidades da organização, sua origem, classificação e outros testes qualitativos ditarão quais linhas de produção terão pela frente, se processos de parboilização, ou linha de processamento de arroz branco. O compromisso da origem nobre e seleção qualitativa das variedades para garantir qualidade incontestável foi fator determinante para o significativo volume de investimento nesses setores de nossas unidades industriais dos últimos anos.

As linhas de processamento da Josapar detêm o que há de mais moderno no mundo em níveis tecnológicos, o que garante, desde o início de suas atividades, a associação das marcas da empresa à vanguarda tecnológica no mercado de arroz. A partir dessa etapa existe uma capilarização de tipos e processos em que a Companhia agrega valor a seus produtos, adequando-os ao consumidor com uma ampla gama de linhas e marcas diferentes.

O processo produtivo envolve seis estágios principais: descasque, polimento, separação, eletrização, brilho e empacotamento. Na linha do arroz parboilizado, há também o tratamento hidrotérmico dado ao grão de arroz em casca antes do beneficiamento. Abaixo listamos os produtos da companhia.

Linha Tio João

Arroz Tio João 100% Grãos Nobres: Para continuar sendo o preferido dos brasileiros, o arroz Tio João recebeu investimentos e ficou ainda melhor. O cuidado vem desde o plantio, com a seleção somente das variedades mais nobres, aliada à tecnologia no beneficiamento dos grãos. Este processo garante um arroz

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

com maior rendimento, ficando branco, solto e saboroso. A diferença é percebida no pacote e comprovada na panela.

Arroz Tio João +Vita: Produto diferenciado, sem similares no mercado. É composto por um complexo vitamínico que é moldado em formato de grãos de arroz e misturado ao Arroz Tio João 100% Grãos Nobres. O Arroz Tio João +Vita é rico em Vitamina B3 (Niacina) e Zinco. Fonte de Ferro, Vitamina A (Retinol), Vitamina B1 (Tiamina), Vitamina B9 (Ácido Fólico), Vitamina B12 (Cianocobalamina) e Manganês.

Arroz Tio João Parboilizado: Ao passar por um tratamento hidrotérmico (água fervente), parte das vitaminas presentes no farelo do arroz migram para o interior do grão, aumentando o seu valor nutritivo e concentrando vitaminas do complexo B. Este processo faz com que o Arroz Tio João Parboilizado apresente grãos mais inteiros e sempre soltinhos após o preparo.

Arroz Tio João Integral: O Arroz Integral passa pelo processo de parboilização e dessa maneira ele se torna altamente nutritivo, visto que muitos nutrientes do farelo migram para o interior do grão. Por não passar pela etapa de polimento, este arroz mantém a camada externa do grão, conservando as suas qualidades. O Arroz Tio João Integral passa ainda por um moderno processo no seu preparo, responsável por realizar trincas nos grãos, fazendo com que a água penetre mais facilmente e ele cozinhe mais rápido do que outros arrozes integrais.

Arroz Tio João Integral Orgânico: O Arroz Tio João Integral Orgânico é um alimento altamente nutritivo, pois, além de possuir fibras e proteínas, recebe um cuidado especial desde o seu plantio, sendo produzido sem agrotóxicos. Sua embalagem a vácuo ajuda a manter o produto livre de infestações, além de garantir o sabor e o aroma excelentes. Reconhecido pela ECOCERT BRASIL, ganhou o certificado de produto orgânico.

Tio João 7 Grãos: É uma linha voltada para a saúde e bem-estar dos consumidores. É composta pelos produtos Tio João 7 Cereais + Soja, 7 Grãos Integrais + Passas de Uva e 7 Grãos Integrais com Quinoa. A linha Tio João 7 Grãos oferece momentos versáteis, gostosos e muito nutritivos.

Tio João Variedades Mundiais: A linha Variedades Mundiais oferece aos consumidores a possibilidade de degustar grãos que são tradicionais em outros países, através de produtos perfeitos para o preparo de pratos inspirados na culinária internacional. Com embalagens a vácuo, a linha Variedades Mundiais é formada pelos arrozes Selvagem, Preto, Basmati, Vermelho, Carnaroli, Sasanishiki e Jasmine.

Tio João Cozinha Fácil - Semiprontos e Semiprontos Integrais: Praticidade e muito sabor fazem parte das opções de semiprontos da Josapar. A linha Tio João Cozinha Fácil oferece receitas que servem de acompanhamento para os mais diversos pratos. Está disponível nas versões Arroz à Grega, Arroz com Brócolis, Arroz com Curry, Arroz com Ervas Finas, Arroz com Funghi e Arroz com Tomate e Manjericão. Também foram lançados nesta linha os produtos com arroz integral: Cozinha Fácil Arroz Integral + Arroz Vermelho e Tomate e Cozinha Fácil Arroz Integral + Vegetais (milho, ervilha, brócolis e cenoura), que buscam atender o público que procura alimentos mais saudáveis.

Tio João Cozinha & Sabor - Semiprontos e Sobremesas: A linha Tio João Cozinha & Sabor traz semiprontos deliciosos, que dispensam acompanhamento. Possui, também, uma linha de Arrozes Doces, disponíveis em três sabores. Todos com gostinho de receita caseira e muito fáceis de fazer, pois basta adicionar água e seguir o modo de preparo.

Tio João Padaria Sem Glúten: Perfeitos para dietas com restrição de glúten, estes produtos da linha Padaria são mais uma inovação da marca, que coloca constantemente a mão na massa para criar novas opções para todos os públicos. Fazem parte dela: Farinha de Arroz, Mistura para Massa de Pizza, Mistura

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

para Pão Caseiro, Mistura para Pão Multigrãos e Mistura para Massa Salgada tipo Brisée. Também são ideais para os intolerantes à lactose, pois dispensam o uso de leite de vaca em sua preparação e não possuem qualquer outro ingrediente à base de lactose.

Tio João Confeitaria Sem Glúten: A linha Confeitaria Tio João conta com Misturas para Bolos e Sobremesas que são a combinação perfeita de praticidade e sabor! Seus produtos são produzidos com farinha de arroz e não possuem glúten em sua composição. Integram esta linha os bolos nos sabores Baunilha, Chocolate e Laranja, e sobremesas nas opções Brownie e Petit Gâteau.

Linha 8 Grãos Integrais Meu Biju: É uma linha de alimentos saborosos, fontes de fibras e disponível em duas versões: com Quinoa e com Aveia. Elaborada para quem busca uma alimentação balanceada, seus produtos trazem uma perfeita combinação entre saúde, sabor e praticidade.

Arrozos Meu Biju: Lançada com o objetivo de fazer parte de um segmento de alto consumo no mercado, a linha Meu Biju oferece ótimo custo-benefício. Na gôndola, ajuda a proteger o Tio João das marcas mais populares. Está disponível nas variedades Arroz Branco, Parboilizado Tipo 1 e Tipo 2, Integral e Especial para Risotos.

Feijões Meu Biju: Fonte de proteínas, rico em cálcio, ferro e fósforo, o Feijão Meu Biju é uma referência na categoria e ganha cada vez mais mercado. O produto passa por um criterioso controle de qualidade, que começa na escolha da matéria-prima e segue por um processo industrial que conta com a seleção eletrônica de grãos, garantindo ao produto ótimo padrão de cozimento. A linha é formada pelos feijões Preto, Carioca, Branco, Vermelho e Macassar/Caupi.

Azeites Nova Oliva

Clássico, Orgânico e Edição Limitada: Os azeites da linha Nova Oliva têm aroma e sabor inconfundíveis. Seu grande diferencial é o índice de acidez máxima de 0,2%. Isso se deve à utilização de azeitonas selecionadas das melhores variedades europeias e colhidas em estados precisos de maturação, diferentes para cada tipo de azeite. Tais cuidados no processo de fabricação garantem azeites mais saudáveis e saborosos para todos os paladares. Os azeites Nova Oliva têm distribuição exclusiva da Josapar no Brasil.

Divisão Soja

SupraSoy: São alimentos em pó produzidos com proteína vegetal à base de soja, enriquecidos com vitaminas e minerais e podem ser consumidos por crianças a partir de 1 ano, adultos e idosos. A linha toda é isenta de glúten e lactose, tendo também o SupraSoy Light Zero Lactose com teores reduzidos de açúcares e gorduras quando comparado à versão SupraSoy Sem Lactose Original.

Soy+: Soy+ é uma bebida em pó à base de soja com preparo rápido e fácil, pois basta adicionar água. Disponível nos sabores Original, Morango e Banana, é uma deliciosa e prática opção para o seu lanche. Muito mais sabor sem lactose.

Outras Marcas

Produtos Regionais: Marcas que contam com a qualidade Josapar e surgiram para concorrer com produtos de distribuição regional. Nesta categoria temos: os feijões e os arrozos Tio Mingote e No Ponto; e os arrozos Nikkoh, Beleza, Impacto, Bataclan, Exato, Pedrinho e Puppy, sendo o Nikkoh uma variedade da cozinha japonesa.

b) Características do processo de distribuição

A empresa atua com representantes e filiais comerciais espalhadas por todo o país, com

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

estrutura de atendimento capilarizada em mais de 80.000 pontos de venda.

A distribuição logística das mercadorias é totalmente terceirizada, e em função da amplitude geográfica é composta pelos mais diferentes modais de transporte, rodoviários, ferroviários e marítimos.

c) Características dos mercados de atuação

i) Participação em cada mercado

A organização é líder de mercado no segmento de arroz branco no país com a marca Tio João. Possui participação de destaque relevante nos demais segmentos e linhas de atuação.

ii) Condições de competição em cada um dos mercados

A Companhia está inserida em mercado extremamente pulverizado em termos quantitativos de marcas, porém seus produtos têm foco de atuação e presença de destaque por diferenciação qualitativa. Como natural de um contexto com essa característica, a organização também possui marcas de muita qualidade com preços também competitivos para garantir a escala de processamento necessária a diluir seus custos fixos. O mercado competitivo é sensível a variação de preços da matéria prima, e movimentos da renda da população, que desloca o volume de consumo de marcas e linhas de maior ou menor valor agregado e margem.

d) Eventual sazonalidade

O nível de demanda aos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade. Efeito sazonal na condução de seus negócios pode ser observado pelo nível de oferta da principal matéria prima – arroz em casca – nos meses de safra.

e) Principais insumos e matérias primas

i) Relações mantidas com os fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Josapar mantém um excelente relacionamento com seus fornecedores, parceiros comerciais para o atendimento pleno das necessidades dos consumidores da companhia, e não há nessa relação controle ou regulamentação governamental que não o respeito e obediência às normas fiscais e tributárias das unidades da federação e do país.

ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme já abordado anteriormente, a Companhia dispõe de um número extremamente pulverizado de fornecedores, com exceção à linha de soja, onde por opção e entendimento comercial a empresa adquire matéria prima de um único fornecedor.

iii) Eventual volatilidade de seus preços

Como a maior escala e representatividade de vendas da organização referem-se a uma commodity, existe a volatilidade de preços correlacionada diretamente à flutuação do preço das matérias primas. Demais movimentos de preços naturais de uma empresa atuando em economia aberta e de livre concorrência.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Principais clientes:

- a) Montante total de receitas provenientes do cliente
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há nos últimos 3 exercícios sociais cliente que, individualmente represente mais do que 10% da receita líquida da empresa.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Efeitos da regulação estatal:

Não há qualquer regulação estatal vinculada as atividades da Companhia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Receitas relevantes no exterior:

A receita de vendas externas da Companhia é inferior a 15% da receita bruta.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Efeitos da regulação estrangeira:

Não aplicável à Companhia. A receita de vendas externas na Companhia é inferior a 15% da receita bruta.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Políticas socioambientais:

A Companhia não divulga suas informações sociais e ambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras informações relevantes - Atividades:

A Administração da Companhia entende ter descrito neste item todas as informações relevantes que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Aquisição/alienação de ativos relevantes:

Não houve aquisição/alienação de ativos relevantes no exercício.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Alterações na condução de negócios:

Não houve alterações relevantes na condução de negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Contratos relevantes:

Não há contratos relevantes.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras informações relevantes – negócios extraordinários:

Não há outras informações relevantes que as descritas neste item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1.Outros bens relevantes ativo não circulante:

Não há outros bens relevantes no ativo circulante além dos descritos neste item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Fabril Vila Princesa - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Fabril Itaquí - Itaquí - RS	Brasil	RS	Itaquí	Própria
Unidade Química - Pelotas - Rs	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar - RS	Brasil	RS	Santa Vitória do Palmar	Própria
Unidade Centro - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Exportação - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade URP - Pelotas - RS	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade de Suape - Pernambuco - PB	Brasil	PB	Cabo de Santo Agostinho	Própria
Unidade de Dom Pedrito - Dom Pedrito - RS	Brasil	RS	Dom Pedrito	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	AMITEC	14/11/2027	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	PIACH	19/01/2023	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	AMARELITO	07/05/2031	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	AMARELINHO	21/02/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	PEDRINHO	14/07/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MAESTRA	04/03/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRA	16/06/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	NIKKOH	30/10/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	BIJU PRONTISSIMO	03/01/2026	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	JOSAPAR SUPRA	02/03/2029	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRA SOY	05/09/2027	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	SOYPLUS	29/05/2022	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	ARROZ NO PONTO	16/11/2030	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO COZINHA & SABOR	17/11/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	FRENZY	18/09/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRAMILK	26/12/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO ORGANICO	05/09/2027	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	TIO JOÃO VITA	11/09/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO 7 GRÃOS	15/12/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MEU BIJUZINHO - PREPARADOS PARA MINGAU	23/08/2026	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SOY +	21/11/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	ADUBO ORGANOMINERAL NPK N1 PLUS	05/03/2023	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FERTILIZANTES BIOFÉRTIL	16/01/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO 100% GRÃOS NOBRES	19/07/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO 7 CEREAIS + SOJA	10/08/2030	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	TIO JOÃO GOURMET	02/07/2024	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SOBREMESAS TIO JOÃO COZINHA & SABOR	24/10/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	APERITIVOS TIO JOÃO COZINHA & SABOR BOLINHO DE ARROZ	02/05/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MEU BIJU 8 GRÃOS INTEGRAIS	02/05/2028	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRASOY NATURE	05/09/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	BELEZA	24/04/2028	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	TIO JOÃO	24/04/2028	Falta de renovação	Impossibilidade de comercialização da marca
Marcas	TIO MINGOTE	13/10/2022	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	MEU BIJU	05/08/2024	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	NÚMERO 1 ORGANO NPK	28/08/2030	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	IMPACTO	29/09/2022	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRARROZ	23/12/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPRAFERTIL	19/01/2023	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	BATACLAN	23/11/2023	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	PUPPY	21/11/2027	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	SUPREMO	27/10/2022	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	NO PONTO SUPRARROZ	24/10/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	COZINHA FÁCIL TIO JOÃO	17/11/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.
Marcas	CAIAQUE	29/10/2025	Falta de renovação.	Impossibilidade de comercialização da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
JOSAPAR INTERNACIONAL	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			Operação offshore criada em 1997 com a finalidade de captar investimentos estrangeiros - tendo preparado e formalizado um Programa de Euro Commercial Paper em 1997, onde a garantidora era a JOSAPAR, Programa totalmente liquidado em 1999, empresa sem qualquer movimentação ou operação desde aquele ano.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2020	0,000000	0,000000			31/12/2020	320.000.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000						
31/12/2018	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Origem específica na operação de captação de recursos no mercado internacional, já detalhada em itens anteriores.								
Real Empreendimentos S/A	92.213.552/0001-04	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem origem na organização patrimonial dos imóveis da Família Oliveira, atua na área de comércio e administração de imóveis e na exploração de shoppings centers. Possui um shopping center em Pelotas - RS, denominado Shopping Pelotas, um shopping em Santa Maria - RS, denominado Monet Plaza Shopping e desde a lienação da operação de supermercados por parte do grupo JOSAPAR ao Grupo Portugues SONAE em 1997, passou a deter um contrato de locação de 13 das principais operações para o grupo varejista, contrato este hoje vigente com o sucessor do SONAE, WMS Supermercados Sul LTDA. (WALMART). Nos últimos anos detém participação em mais 2 empreendimentos de Shopping Center: no Shopping Pelotas (Pelotas - RS) e no Shopping João Pessoa (Porto Alegre).	55,600000
Valor mercado								
31/12/2020	0,000000	0,000000			31/12/2020	221.001.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000						
31/12/2018	0,000000	0,000000						

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Origem na organização dos imóveis da Família Oliveira, os acionistas da Cia, e em função da rentabilidade e gestão enxuta e eficiente da Controlada o investimento rende dividendos compatíveis com a participação.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Outras informações relevantes sobre os ativos relevantes:

Não há outras informações relevantes sobre ativos relevantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2020 foi marcado pela evolução da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, que trouxe consigo uma mudança importante nos hábitos de vida e consumo nunca antes experimentados pela sociedade, provocando impactos nos mercados e na economia tanto em âmbitos local, regional e global. Termos como isolamento social, distanciamento, e *lockdown* se tornaram cotidianos, e com isso as pessoas, empresas e comunidades se viram obrigadas a reorganizar suas atividades em prol da segurança sanitária.

O segmento em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, alimentação, é essencial para a vida das pessoas. Nesse sentido a empresa tomou todas as medidas sanitárias e de segurança relacionadas a seus fornecedores, colaboradores e clientes, o que a permitiu trabalhar de forma ininterrupta desde o início da declaração do estado de Pandemia até os dias de hoje, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Momentos de isolamento social, com novos hábitos familiares de consumo em casa, proporcionaram a maior procura por alimentos essenciais de reconhecida qualidade e excepcional rendimento, como as marcas de arroz e feijão que a Companhia produz. Esse aumento da demanda no mercado interno e externo, aliado à atividade ininterrupta da Josapar em todos os momentos, contribuiu positivamente para o desempenho da organização no ano de 2020.

A economia diante desse contexto extraordinário e de extremos, com muitos segmentos impactados negativamente e alguns positivamente com a pandemia, incorreu no afrouxamento fiscal como forma de manutenção de renda e sobrevivência da população, como o auxílio emergencial e medidas pela manutenção do emprego formal.

A Selic caiu sequencialmente ao longo do ano, passando de 4,5% até fechar o exercício na sua mínima histórica de 2%aa, enquanto o câmbio desvalorizou. O dólar médio de 2020 alcançou R\$ 5,20 enquanto em 2019 fora de R\$ 3,95, ajudando a potencializar as exportações.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2019/2020 apresentou uma produção de 11,2 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,9 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,8 milhões de toneladas quando comparada à de 2018/2019. A produtividade média no Brasil foi 10% maior, de 6.713Kg/ha contra 6.153kg/ha. O aumento de produtividade e da oferta de arroz na safra não foi suficiente para conter a pressão no nível de preços ocasionado pelo aquecimento da demanda interna e externa do grão, e o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2020 foi de R\$ 71, bem acima dos R\$ 42,5 no exercício de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2020 e 2019:

	2020 (R\$ Mil)	2019 (R\$ Mil)	Varição R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.702.542	1.336.673	365.869
Vendas Líquidas	1.564.081	1.218.630	345.451
Lucro Bruto	428.046	334.935	93.111
% LB s/VL	27,4%	27,5%	-0,1 p.p.
Ebitda	138.535	45.953	92.582
% Ebitda s/VL	9%	4%	5 p.p.
Ebitda ajustado*	138.535	64.508	74.027
% Ebitda s/VL ajustado*	9%	5%	3 p.p.
Lucro Líquido controladores	31.829	10.686	21.143
% LL s/VL	2%	0,9%	1,1 p.p.

*Ebitda ajustado: Visando a adequada comparação, apresentamos o cálculo ajustado aos efeitos de R\$ 18,6 milhões de outras despesas operacionais, extraordinárias à condução dos negócios da Companhia, referentes à realização de ações judiciais ativas e passivas ocorridas no primeiro trimestre de 2019.

A margem bruta da Companhia foi de 27,4% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 428 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 473 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 28,8 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 148 milhões, contra R\$ 64 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima, e as medidas de garantia de renda do governo para a população nesse cenário atípico de Pandemia contribuíram para as margens e rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2020 atingiu R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2019 foi de R\$ 10,6 milhões (R\$ 1.010 pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2020

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Moeda Interna		
Financiamentos para investimentos	7.421	6.710
Crédito Rural – recursos livres	113.030	160.913
Capital de giro	363.335	205.525
Total	483.786	373.148
Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	123	90
Capital de giro-FINIMP	63.574	41.503
Total	63.697	41.593
Total do circulante	547.483	414.741
<u>Passivo não circulante</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Moeda Interna		

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Financiamentos para investimentos	27.875	22.968
Capital de giro	357.901	337.604
Crédito Rural – recursos livres	75.809	135.450
Total	461.585	496.022
Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	-	150
Total	-	150
Total do não circulante	461.585	496.172
Controladora e Consolidado		
Vencimentos de longo prazo	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	295.483
2022	267.370	128.641
2023	144.996	53.370
2024	27.934	15.225
2025	18.948	1.791
2026	2.337	1.662
Total do não circulante	461.585	496.172

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	4,53%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,50%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,30%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,82%	a.a.
Crédito Rural – Recursos livres	CDI	1,75%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	5,40%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,89%	a.a.

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% a.a. a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 12.234 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2020 com 2019 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, clientes e estoques e financiamentos de curto prazo. Clientes e estoques decorrentes do aumento do nível de preços das matérias primas, e dívida de curto prazo face ao aumento de spread bancários temporários diante da incerteza dos impactos da pandemia, o que acertadamente desestimulou a companhia a tomar dívida de longo prazo naquele momento.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2020
Arroz Branco	56%
Arroz Parboilizado	12%
Produtos valor agregado	7%
Feijão	2%
Adubo	17%
Imóveis	3%
Demais Produtos	3%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

A aumento do faturamento bruto (R\$ 1,7 bilhão em 2020 contra R\$ 1,3 bilhão em 2019) é atribuída ao aumento do nível de preços no mercado.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços). O câmbio pode incrementar ou retrain a competitividade das exportações e a taxa de juros influi diretamente no volume de despesa financeira da Companhia, que por estratégia operacional se mantém alavancada.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Mudanças nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases:

(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Ativos e passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 61 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

Imobilizado, intangível e diferido:

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

Imposto de Renda e contribuição social: Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Arrendamento: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

Instrumentos Financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2020 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI dez20	2,00%	a.a.		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		2,00%			2,00%	2,50%	3,00%
					CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2020	R\$220.680	diversos	CDI	diversos	R\$228.822	R\$229.789	R\$230.760
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$967	R\$1.938

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia, pois não há planos de pensão.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia, não há.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia, não há.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Ítens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados:

Não há comentários sobre itens não evidenciados.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 25,5 milhões e foram realizados em ativos estratégicos para o segmento imobiliário do grupo e na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações diretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 650 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

10.8 - Plano de Negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção:

Não se aplica à Companhia, pois não há outros fatores descritos nessa seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1.1. Projeções divulgadas e premissas:

Não aplicável à Companhia. A organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Acompanhamento das projeções:

Não aplicável à Companhia. A organização não divulga ou publica projeções de suas operações.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme seu Estatuto Social

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de administração

Cabe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, examinar e manifestar-se sobre planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais;
- b) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- c) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, inclusive aquisição e alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais, estabelecendo o valor de alçada, a forma e condições para implantação das operações pela Diretoria;
- d) Sem prejuízo do disposto na letra "c" anterior, autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos e a constituição de ônus reais em favor de instituições financeiras para operações que elevem o endividamento da companhia em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido contábil, segundo balanço levantado no último dia do mês anterior ao da operação;
- e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei ou a constituição de subsidiária integral;
- f) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para feito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- g) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- h) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à assembleia geral e convocá-la;
- j) Deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando preço e demais condições da emissão, e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública "Comercial Papers";

k) Apresentar à assembleia geral plano para outorga de opção de compra de compra de ações nos termos da lei e do Estatuto Social;

l) Disciplinar a política de atribuição e distribuição de participação nos lucros anuais aos administradores, e efetuar a proposta de distribuição do lucro líquido à assembleia geral;

m) Escolher e destituir auditores independentes;

n) Se mantido em caso de liquidação da sociedade nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;

o) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem suas atribuições definidas pela Lei das Sociedades por ações, sendo de sua competência: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

(ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

(iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

(v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Diretoria

É da competência da Diretoria:

a) Administração e representação geral da sociedade, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

b) Fazer por elaborar e submeter ao Conselho de Administração, orçamentos econômico- financeiros, anuais e plurianuais, planos e projetos de investimentos, especificando as fontes e as aplicações dos recursos;

c) Apresentar ao Conselho de Administração propostas para a destinação do lucro e para a distribuição de dividendos;

d) Observando o que a respeito dispõe o Artigo 26 do Estatuto, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, no caso de ser judicial, poderá ser por prazo indeterminado;

e) Observando o que dispõem as letras "c", "e" e "f" do Artigo 21 do Estatuto Social, proceder a aquisição e alienação de bens do ativo permanente e a constituição de subsidiárias integrais;

f) Autorizada pelo Conselho de Administração, onerar esses mesmos bens, através da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com objeto social e em favor de empresas controladas, coligadas e ligadas;

g) Confessar, renunciar, transigir e acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinentes às suas operações sociais;

h) Celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade.

Comitê de Auditoria

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há comitê de auditoria.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente, sendo instaurado a cada Assembleia Ordinária.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Por determinação da Assembleia Ordinária realizada em 29/04/2019, o Conselho Fiscal foi mantido.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou Comitê

Diretoria, auditoria e conselho fiscal são avaliados pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

d) Atribuições e poderes individuais de membros da Diretoria

- Diretor Presidente: coordenar a atuação do grupo da alta administração da empresa, formada por outros 3 diretores estatutários e outros 4 diretores adjuntos, poderes formais regrados pelo estatuto social da organização;
- Diretor Vice-Presidente e de Relação com Investidores: auxílio na coordenação do grupo de alta administração ao Diretor Presidente, responsável direto pela relação institucional com investidores e mercado, bem como pela supervisão da diretoria administrativa e financeira. Tem poderes formais regrados pelo estatuto social.
- Diretor Comercial: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de abastecimento, comercialização, marketing e logística, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.
- Diretor Administrativo Financeiro: membro do grupo de alta administração da Companhia, coordena as áreas de TI, RH, controladoria e finanças, respondendo aos Diretores Presidente e Vice-Presidente. Poderes formais regrados pelo estatuto social.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

A Diretoria é avaliada pelo Conselho de Administração, e o conjunto total dos órgãos e comitês existentes na Companhia, inclusive Conselho de Administração, estão submetidos à avaliação de seus acionistas quando das assembleias ordinárias e extraordinárias.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Políticas e práticas das Assembleias Gerais

A) Prazos de convocação

Prazo legal, de no mínimo 15 dias de antecedência.

B) Competências

Aprovar as contas da companhia, promover alterações no estatuto social, eleger o conselho de administração, remuneração global dos administradores (Conselho), e decidir toda e qualquer matéria a ela submetida pelo conselho de administração.

C) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Na sede social da Companhia, localizada na Av. Carlos Gomes, 651 - 5º Andar - Boa Vista, CEP 90480-003, Porto Alegre - RS.

D) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de administração de conflitos de interesse formalmente regulamentada.

E) Quanto à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Aquelas previstas pelo Estatuto Social da Organização.

F) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico

Aquelas previstas pelo Estatuto social da Organização. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

G) Manutenção de fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

H) Transmissão ao vivo do vídeo e /ou áudio das assembleias

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

I) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há formalmente estabelecidos.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

b) Se existirem, as disposições do acordo nos acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há acordo de acionistas vigente na Cia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há regra formal de identificação e administração de conflito de interesses na empresa.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e à Companhia por meio de arbitragem

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não há.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Luiz Augusto Barcellos Krause	30/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2021	1 ano	15
435.086.000-25	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	29/04/2021	Sim	0.00%
Não há		Não há			
Marcelo Augusto Furlan dos Santos	19/04/1968	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2021	1 ano	15
490.775.460-49	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	29/04/2021	Sim	0.00%
Não há		Diretor Financeiro da Controlada REAL EMPREENDIMENTOS			
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	22/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2021	1 ano	15
237.291.630-00	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2021	Sim	0.00%
Não há					
CARLOS EDUARDO F LOBATO	01/01/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2021	01 ano	4
285.713.390-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2021	Sim	0.00%
Jorge Alberto Zugno	07/10/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2021	1 ano	1
184.455.600-00	Advogado	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	29/04/2021	Sim	0.00%
ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	11/05/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2021	1 ano	15
007.257.060-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2021	Sim	0.00%
Não há					
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR	14/11/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2021	1 ano	15
207.412.940-87	Advogado	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	29/04/2021	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Descrição de outro cargo / função					

Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA	23/03/1964	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2021	1 ano	15
400.874.250-68	Engenheiro Civil	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	29/04/2021	Sim	0.00%

Diretor Presidente

Experiência profissional / Critérios de Independência

Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25

Exerceu nos últimos 15 anos cargos de Direção na Administração da Cia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49

Exerceu nos últimos 15 anos cargos de Direção na Administração da Cia; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00

Exerceu nos últimos 15 anos diversos cargos no conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

CARLOS EDUARDO F LOBATO - 285.713.390-15

Exerceu nos últimos anos diversos cargos de Conselho Fiscal da Cia. e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Jorge Alberto Zugno - 184.455.600-00

Exerce cargos de Conselho de Administração da Cia. e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial e administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15

Exerceu nos últimos 15 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR - 207.412.940-87

Exerceu nos últimos 15 anos diversos cargos no conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68

Exerceu nos últimos 15 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Luiz Augusto Barcellos Krause - 435.086.000-25
N/A	Marcelo Augusto Furlan dos Santos - 490.775.460-49
N/A	SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA - 237.291.630-00
N/A	CARLOS EDUARDO F LOBATO - 285.713.390-15
N/A	Jorge Alberto Zugno - 184.455.600-00
N/A	ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA - 007.257.060-15
N/A	AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR - 207.412.940-87
N/A	LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA - 400.874.250-68

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Não existem outros comitês vigentes na organização.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia é uma empresa de origem familiar que hoje tem representantes da terceira geração à frente dos negócios.

Em função desta origem, existe a convivência com as seguintes relações familiares na operação: dois dos principais executivos (Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente) e todos os demais conselheiros são acionistas e possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em função da origem familiar e da sua estrutura de gestão, há a presença de administradores que são, concomitantemente: acionistas, conselheiros ou administradores da Companhia; ou acionistas, conselheiros e administradores da controlada Real Empreendimentos S/A; ou ainda acionistas e administradores na holdings controladora.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (D&O - Directors and officers), com o valor de cobertura limitado a R\$ 10 milhões, prêmio de R\$ 25 mil.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações relevantes sobre a administração da Companhia

Não aplicável. Justificativa: a Administração da Companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente e um membro do Conselho de Administração possuem remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no resultado é denominado PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	502.000,00	3.131.000,00	64.000,00	3.697.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.100,00	0,00	17.100,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	502.000,00	3.131.000,00	64.000,00	20.797.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	612.000,00	2.911.000,00	192.000,00	3.715.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.019.000,00	0,00	3.019.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	612.000,00	5.930.000,00	192.000,00	6.734.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	589.000,00	2.896.000,00	191.000,00	3.676.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.295.000,00	0,00	4.295.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	589.000,00	7.191.000,00	191.000,00	7.971.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício foram parcialmente alcançadas. Desta forma houve a apropriação de PPR para o exercício.

A remuneração variável não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, estando aprovada em AGO nos últimos 3 exercícios sociais apenas para a Diretoria Estatutária.

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente da diretoria estatutária:	2021	2020	2019	2018
a. órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
b. número de membros	4	4	4	4
c. em relação ao bônus:	N/A	N/A	N/A	N/A
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	N/A	N/A
d. em relação à participação no resultado:	R\$ 11.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ii.	valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 12.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
iii.	valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
iv.	valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	20.231.000,00	5.930.000,00	4.295.000,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

Não se aplica a companhia, pois não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois na há opções em aberto.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, bem como as alterações em suas posições.

JOSAPAR	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	4,7%	0,01%	0%
PREFERENCIAIS	0%	0%	0%
REAL EMPREENDIMENTOS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	8,92%	4,40%	0%
PREFERENCIAIS	8,29%	2,51%	0%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica a companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	4,00	4,00	6,00	2,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	2,00	2,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.187.562,21	1.141.426,15	383.908,22	368.993,72	21.379,72	64.109,16
Valor da menor remuneração(Reais)	583.781,43	570.713,37	118.330,47	242.651,18	21.369,72	64.109,16
Valor médio da remuneração(Reais)	890.671,82	856.069,76	251.119,35	305.822,45	23.379,72	64.109,16

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor:

Não há qualquer dispositivo adicional que não o detalhado no item 12.11.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor
13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há informações adicionais relevantes.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**14. Recursos Humanos****14.1. Descrição dos recursos humanos****a) Número total de colaboradores das Empresas,****Josapar e Real Empreendimentos : 1.494**

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
PELOTAS – RS	
Engenho Centro	17
Externos	69
Farinha	29
Areal	17
Vila Princesa	602
Administração	109
Insumos	113
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	88
BRASILIA - DF	12
ITAQUI – RS	365
SANTA VITORIA - RS	23
DOM PEDRITO - RS	25
Total Empresa Josapar	1469

UNIDADE	QUADRO DE PESSOAL
Porto Alegre - RS	9
Santa Maria - RS	16
Total Real Empreendimentos	25

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

b) Número total de terceirizados:

Em 2017 a companhia tinha a seguinte composição de terceiros:

Pelotas	32
Itaqui	8
<u>Recife</u>	<u>4</u>
Total	44

c) Índice de rotatividade:

A companhia possui em sua atividade um período de safra que tem duração de três meses em cada ano. Neste período o número de admissões e demissões é alto em decorrência de recebimento de matéria prima. Excluindo o período de safra o índice fica em torno de 19,2%.

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

Já abordado em fatores de risco. A Companhia possui diversas ações trabalhistas individuais, cujo montante total pedido pelas partes autoras remonta, atualmente, R\$ 2.740 milhões. A empresa não considera a classificação de ações trabalhistas e seu volume como um fator de risco relevante para sua operação.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentário sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

Não aplicável à Companhia, pois não houve nenhuma alteração relevante.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrever as políticas de remuneração dos funcionários da Companhia

a) Política de salários e remuneração variável

A política utilizada pela companhia é pelo método de pesquisa salarial, enquadramento salarial por mérito e também por promoção.

A companhia possui um programa de remuneração variável, o PPR (Programa de Participação nos Resultados), distribuídos após o encerramento e aprovação do balanço da companhia pelos seus acionistas na assembleia que é realizada no mês de abril do ano seguinte.

b) Política de benefícios

Os benefícios oferecidos pela companhia são os seguintes:

- Plano de saúde ambulatorial e odontológico;
- Plano de saúde hospitalar;
- Convênio farmácia;
- Cesta básica;
- Refeitório;
- Seguro de vida

c) Características dos planos de remuneração baseados nas ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois não há remuneração baseada em ações a empregados.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever a relação da Companhia com os sindicatos de relacionamento

A companhia mantém um relacionamento próximo com todos os sindicatos da categoria e em todas as bases territoriais.

Anualmente a companhia cumpre com as reposições salariais que foram aprovadas no acordo coletivo dos empregados. Também repassa os benefícios conquistados pelos funcionários que é parte integrante do citado acordo.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Outras informações relevantes – Recursos Humanos:

Não há outras informações relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UJF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS					
92.682.038/0001-00	BRA-SP	Não	Não	03/09/2012	
Não					
0	0,000%	52.500	39,964%	52.500	0,496%
Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %					
TOTAL	0	0,000%			
LOSAPAR S/A PARTICIPAÇÕES					
03.431.911/0001-61	RS	Não	Não	29/03/2018	
Não					
1.537.917	14,716%	0	0,000%	1.537.917	14,533%
PEROLI S/A PARTICIPACOES					
01.093.994/0001-09	BRA-RS	Não	Sim	11/04/2016	
Não					
6.217.880	59,496%	500	0,381%	6.218.380	58,762%
Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %					
TOTAL	0	0,000%			
BANRISUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES					
88.198.056/0001-43	BRA-RS	Não	Não	29/03/2019	
Não					
0	0,000%	20.900	15,910%	20.900	0,197%
Classe ação Qtde. de ações (Unidades) Ações %					
TOTAL	0	0,000%			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
Total ações %				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR				
066.016.438-82	BRA-SP	Não	Não	04/04/2019
Não				
12.200	0,117%	17.900	13,626%	30.100
0,284%				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL	0	0,000%		
Santiago Santos Gottschall				
417.119.800-30	BRA-RS	Não	Não	23/08/2018
Não				
2.600	0,025%	8.000	6,089%	10.600
0,100%				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL	0	0,000%		
NORIO SUZAKI				
056.348.498-53	BRA-SP	Não	Não	
Não				
14.500	0,139%	14.100	10,733%	28.600
0,270%				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL	0	0,000%		
OUTROS				
2.665.896	25,507%	17.468	13,297%	2.683.364
25,358%				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL	0	0,000%		

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UJ	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
Detalhamento por classes de ações (Unidades)				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:				
0	0,000%	0	0,000%	0
TOTAL	10.450.993	100,000%	131.368	100,000%
			10.582.361	100,000%
				0,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %						
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
PEROLISA PARTICIPACOES									
CPF/CNPJ acionista									
01.093.994/0001-09									
TOTAL									
43.723.876	100,000	0	0,000	43.723.876			100,000		

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração				
ACIONISTA Residente no Exterior									
Nome do Representante Legal ou Mandatário									
Tipo pessoa									
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CPF/CNPJ acionista									
92.192.236/0001-95									
FERRAGENS VIANNA S/A									
OUTROS									
207.878	45,150	0	0,000	207.878	45,150				
460.360	100,000	0	0,000	460.360	100,000				
VIANNA INVEST NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
08.173.613/0001-32	BRA-RS	Não	Sim		31/12/2010				
252.482	54,850	0	0,000	252.482	54,850				
Classe ação									
0						Ações %			
0						0,000			
TOTAL									

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa			CPF/CNPJ				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.									
CPF/CNPJ acionista									
13.075.182/0001-01									
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES									
411.410.400-34	BRA-RS	Não	Sim						
Não									
500.000	7,950	0	0,000	500.000	7,950				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Qtde. de ações (Unidades)	Total ações %				
TOTAL	0	0,000							
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR									
207.412.940-87	BRA-RS	Não	Sim						
Não									
559.500	8,890	0	0,000	559.500	8,890				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Qtde. de ações (Unidades)	Total ações %				
TOTAL	0	0,000							
HELENA MARTINS DE OLIVEIRA									
428.243.380-91	BRA-RS	Não	Sim						
Não									
556.000	8,840	0	0,000	556.000	8,840				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Qtde. de ações (Unidades)	Total ações %				
TOTAL	0	0,000							

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa			CPF/CNPJ				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Composição capital social				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.									
13.075.182/0001-01									
IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR									
252.011.400-25	BRA-RS	Não	Sim						
556.000	8,840	0	0,000	556.000	8,840				
TOTAL									
0		0,000							
JOAQUIM MARIA DE OLIVEIRA SOARES									
005.298.500-87	BRA-RS	Não	Sim						
45.000	0,710	0	0,000	45.000	0,710				
TOTAL									
0		0,000							
LAURO DE OLIVEIRA LAPA									
007.256.330-34	PORTUGUES-RS	Não	Sim						
1.900.000	30.200	0	0,000	1.900.000	30.200				
TOTAL									
0		0,000							

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)					
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
IBERICA NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.									
CPF/CNPJ acionista									
13.075.182/0001-01									
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA									
400.874.250-68	BRA-RS	Não	Sim						
500.000	7,950	0	0,000	500.000	7,950				
TOTAL									
0	0,000								
MARCIA ALMEIDA OLIVEIRA KARAM									
457.707.270-04	BRA-RS	Não	Sim						
559.500	8,890	0	0,000	559.500	8,890				
TOTAL									
0	0,000								
MARTHA ALMEIDA OLIVEIRA FIRPO									
417.879.780-87	BRA-RS	Não	Sim						
559.500	8,890	0	0,000	559.500	8,890				
TOTAL									
0	0,000								
OUTROS									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa			CPF/CNPJ				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
JOSAINVEST Negócios e Participações Ltda									
CPF/CNPJ acionista									
07.009.537/0001-61									
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
06.188.543/0001-60	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010					
Não									
3.776.250	40,001	0	0,000	3.776.250	40,001				
Classe ação									
Qtde. de ações (Unidades)	Ações %								
TOTAL	0	0,000							
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
06.179.946/0001-43	BRA-RS	Não	Sim	31/12/2010					
Não									
1.886.250	19,980	0	0,000	1.886.250	19,980				
Classe ação									
Qtde. de ações (Unidades)	Ações %								
TOTAL	0	0,000							
OUTROS									
3.777.834	40,019	0	0,000	3.777.834	40,019				
TOTAL									
9.440.334	100,000	0	0,000	9.440.334	100,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
CPF/CNPJ acionista									
06.188.543/0001-60									
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR									
207.412.940-87	BRA-RS	Não	Sim						
1.245.694	18,110	0	0,000	1.245.694	18,110				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
HELENA MARTINS DE OLIVEIRA									
428.243.380-91	BRA-RS	Não	Sim						
570.950	8,300	0	0,000	570.950	8,300				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR									
252.011.400-25	BRA-RS	Não	Sim						
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA	ACIONISTA
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	CPF/CNPJ				
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Composição capital social				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
CPF/CNPJ acionista									
06.179.946/0001-43									
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES									
411.410.400-34	BRA-RS	Não	Sim						
Não									
1.890	49,970	0	0,000	1.890					49.970
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA									
400.874.250-68	BRA-RS	Não	Sim						
Não									
1.892	50,030	0	0,000	1.892					50.030
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
OUTROS									
0	0,000	0	0,000	0					0,000
TOTAL	3.782	100,000	0,000	3.782					100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
CPF/CNPJ acionista									
06.188.543/0001-60									
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JR									
207.412.940-87	BRA-RS	Não	Sim						
1.245.694	18,110	0	0,000	1.245.694	18,110				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
HELENA MARTINS DE OLIVEIRA									
428.243.380-91	BRA-RS	Não	Sim						
570.950	8,300	0	0,000	570.950	8,300				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
IVON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR									
252.011.400-25	BRA-RS	Não	Sim						
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração				
ACIONISTA Residente no Exterior									
Nome do Representante Legal ou Mandatário									
Tipo pessoa									
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CPF/CNPJ acionista									
06.188.543/0001-60									
ALMALAGUÊS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA									
237.291.630-00	BRA-RS	Não	Sim						
571.050	8,300	0	0,000	571.050	8,300				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000							
TOTAL									
6.877.000	100,000	0	0,000	6.877.000	100,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)					
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
L.M.A. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA									
CPF/CNPJ acionista									
06.179.946/0001-43									
ANNA LUCIA A OLIVEIRA SOARES									
411.410.400-34	BRA-RS	Não	Sim						
1.890	49,970	0	0,000	1.890	49.970				
TOTAL									
0				0,000					
LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA									
400.874.250-68	BRA-RS	Não	Não						
1.892	50,030	0	0,000	1.892	50.030				
TOTAL									
0				0,000					
OUTROS									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
TOTAL									
3.782	100,000	0	0,000	3.782	100,000				

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	125
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	6

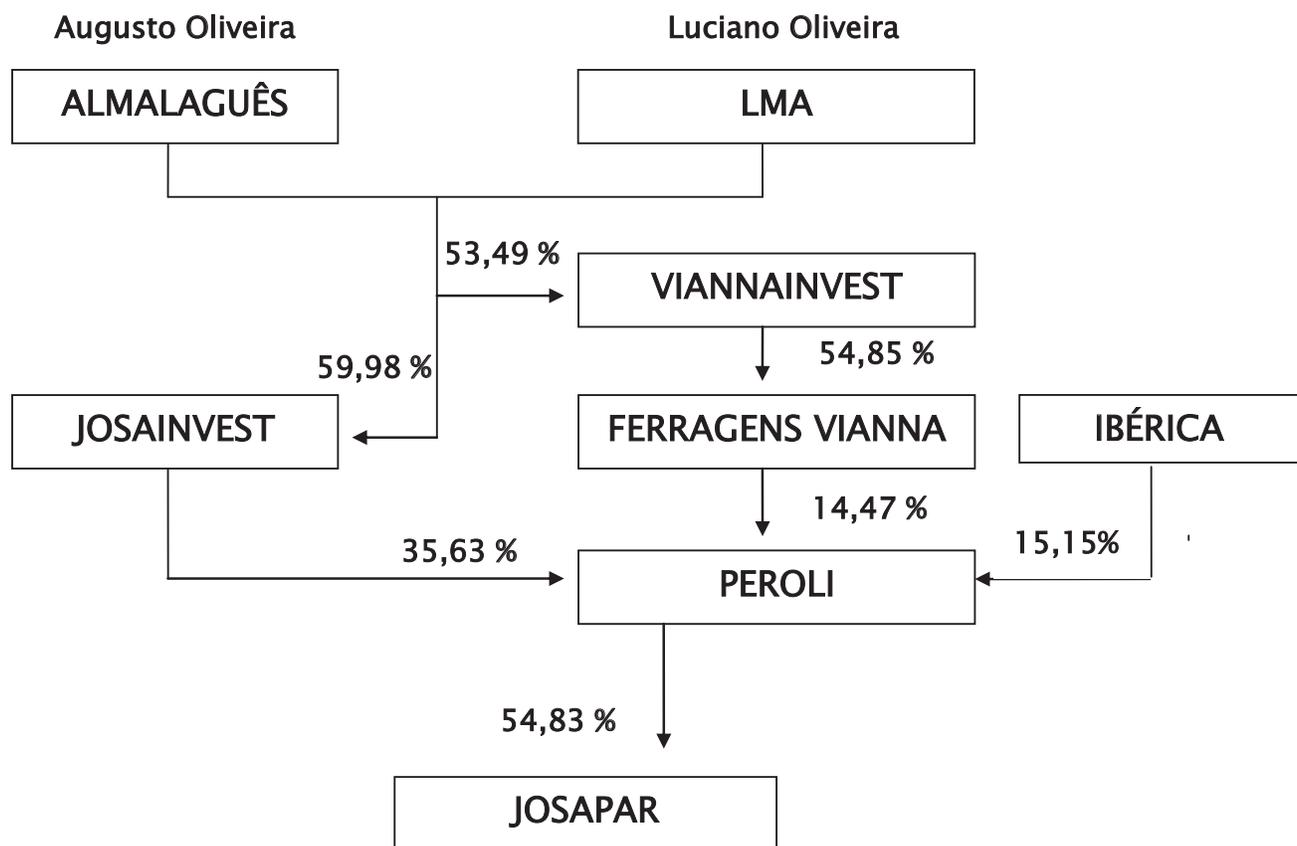
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	440.759	4,220%
Quantidade preferenciais (Unidades)	130.868	99,620%
Total	571.627	5,400%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Organograma do controle acionário



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Informações sobre acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia, do qual um controlador seja parte, regulando o exercício de direito a voto ou a transferência de ações da Companhia

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais**

2018: Transferência pela acionista Peroli S.A. Participações de 1.618.859 (um milhão, seiscentas e dezoito mil, oitocentas e cinquenta e nove) ações de emissão da Companhia à sociedade Losapar S.A. Participações, resultando na diminuição da participação societária da acionista Peroli S.A. Participações para 54,83% das ações com direito de voto. Essa alteração foi devidamente registrada pelo agente custodiante em 29/03/2018.

2019: Não houve

2020: Não houve

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Principais Operações Societárias:

Não há operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Outras informações relevantes sobre dados de controle

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o controle societário da organização.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há regra formal específica para esse tema.

16.2. Relações com partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	2.684	-	8.424	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(2.077)	-	1.252	(2.077)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	-	1.033	-
Ferragens Vianna S.A.	2.786	-	-	2.786	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.041	-	-	3.041	-
Outros	2.103	-	-	2.781	(1)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>11.022</u>	<u>(2.077)</u>	<u>8.424</u>	<u>10.893</u>	<u>(2.078)</u>
Real Empreendimentos S.A.	3.231	-	10.777	-	-
Peroli Participações S.A.	3.622	-	-	4.874	-
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	-	1.033	-
Ferragens Vianna S.A.	2.811	-	-	2.811	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	2.981	-	-	2.981	-
Outros	2.288	-	-	3.206	(1)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>15.341</u>	<u>-</u>	<u>10.777</u>	<u>14.905</u>	<u>(1)</u>

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há regra formal específica para esse tema. Detalhadas no anexo do item 16.1

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter

Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado
16.3. Em relação às transações com partes relacionadas ocorridas no último exercício social: a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses; e b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não aplicável à Companhia. Não houve situação de conflito de interesse e não há regra formal para tratar o tema.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Outras informações relevantes – transações com partes relacionadas:

Não há informações relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2020	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2019	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/12/2018	120.000.000,00		10.450.993	131.368	10.582.361

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há desdobramento, grupamento ou bonificação.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não houve redução do capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Outras informações relevantes sobre o Capital da Companhia

A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre o Capital da organização.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Segundo o estatuto social da Cia, são assegurados a seus acionista dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a lei das Sociedades por Ações
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais tem preferência no pagamento dos dividendos conforme a lei das Sociedades por ações, a elas ainda é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício, de acordo com o Estatuto Social da Cia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme a Lei das Sociedades por Ações

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, regras estatutárias que limitem o direito a voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não existem tais regras estatutárias.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia. Justificativa: Pois não há exceções e cláusulas suspensivas previstas em estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Companhia entende que devido ao ínfimo volume de negociações, esses movimentos podem não representar com exatidão a precificação dos valores mobiliários da organização, prejudicando a análise e tomada decisão de investimento na empresa.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há outros valores mobiliários emitidos.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia, não há ações em outras rubricas que não sejam ordinárias e preferenciais.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores da Companhia são admitidos à negociação

BOVESPA.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia, não há negociações com mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades controladas ou coligadas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Outras informações relevantes sobre Valores Mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre Valores Mobiliários.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há plano de recompra.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há movimentação de VM em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações relevantes sobre recompra de valores mobiliários

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre recompra de Valores Mobiliários.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia. Justificativa: não há política de negociação formal estabelecida.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de negociação de Valores Mobiliários.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A política formal de divulgação de informações segue as regras estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Prevê a disponibilização imediata de ato ou fato relevante à CVM, através do sistema IPE, na área de investidores do site da Companhia na rede mundial de computadores, na seção comunicado ao mercado das informações periódicas e eventuais da organização – http://josapar.com.br/tipo_investidor/comunicado-mercado/, e nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia para veicular suas publicações.

A íntegra da política pode ser obtida no link a seguir: <http://josapar.com.br/wp-content/uploads/2012/02/08-07-02-Política-de-Divulgação-de-Ato-ou-Fato-Relevante.pdf>

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ n.87.456.562/0001-22
NIRE 43300009882

COMPANHIA ABERTA

MANUAL DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES

A comunicação, divulgação e uso de informações relevantes da JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES, doravante designada, simplesmente, “Companhia”, regular-se-á pelo disposto no presente Manual, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares vigentes.

1. Responsável pela divulgação do ato ou fato relevante:

Compete ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e a bolsa de valores e/ou entidade de balcão organizado em que são negociados os valores mobiliários emitidos pela “Companhia”, todo e qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da “Companhia”, assim entendida qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos da administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da “Companhia” ou a eles referenciados; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares dos valores mobiliários emitidos pela “Companhia” ou a eles referenciados.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, por sua vez, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento, para que este promova a sua divulgação.

2. Forma de divulgação do ato ou fato relevante:

A divulgação do ato ou fato relevante envolvendo a “Companhia” dar-se-á, de forma completa e detalhada, por meio de publicação no Diário Oficial (Indústria & Comércio) do Estado do Rio Grande do Sul, Jornal do Comércio de Porto Alegre e no Diário do Comércio e Indústria de São Paulo, jornais utilizados habitualmente pela “Companhia” para veicular suas publicações.

Além da divulgação através da imprensa, em atenção ao exigido através do Ofício Circular/CVM/SGE/Nº01/2002, de 26.04.2002, as informações acerca de (a) atos ou fatos relevantes; (b) ofertas públicas; (c) alienação de controle; e (d) aquisição e alienação de participação acionária relevante, bem como nas negociações de controladores e acionistas, deverão ser enviadas à Comissão de Valores Mobiliárias, por meio eletrônico, ao seguinte endereço: <http://www.cvm.gov.br>.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos² relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

3. Prazo para divulgação de ato ou fato relevante:

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, preferencialmente, antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores e entidades de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da “Companhia” são negociados.

Não sendo possível a divulgação do ato ou fato relevante antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores, conforme estabelecido no parágrafo precedente, sendo necessária a sua divulgação durante o horário de negociação, poderá o Diretor de Relações com Investidores, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da “Companhia”, pelo tempo necessário á adequada disseminação da informação relevante.

4. Exceção à imediata divulgação de ato ou fato relevante:

Excepcionalmente, é facultada a não divulgação imediata de ato ou fato relevante que, a juízo dos acionistas controladores e/ou administradores da Companhia, colocaria em risco interesse legítimo da “Companhia”.

Neste caso, os administradores e/ou acionista controlador da “Companhia” fica obrigado a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da “Companhia” ou a eles referenciados.

Os administradores e acionistas controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a “Companhia”, endereçando requerimento ao Presidente da Autarquia, em envelope lacrado, no qual deverá ser aposta a palavra “Confidencial”.

5. Dever de guardar sigilo:

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, e os empregados da “Companhia”, deverão (a) guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou da posição que ocupam, até sua divulgação no mercado, e (b) zelar para que seus subordinados e pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo.

6. Divulgação de informações específicas:

Para a divulgação de informações referentes a (a) ofertas públicas que dependam de registro na Comissão de Valores Mobiliários; (b) alienação de controle; (c) negociações de ações de emissão da “Companhia” por seus administradores e pessoas ligadas; (d) a aquisição e alienação de participação acionária relevante, e sobre negociações de controladores e acionistas, deverão ser observadas, respectivamente, o disposto nos artigos 9, 10, 11 e 12 da Instrução CVM n. 358, de 03.01.2002.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos³ relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

7. Adesão ao Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações:

7.1 Deverão aderir formalmente ao presente Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações, através da assinatura do respectivo Termo de Adesão, conforme modelo anexado a este manual como Anexo I, os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, e por todos aqueles que, em virtude de seu cargo, função ou posição na “Companhia”, tenham acesso a informações relevantes.

7.2 O Termo de Adesão será arquivado na sede social da “Companhia”, sita Rua Professor Dr. Araújo n. 1653, Pelotas, RS, enquanto a pessoa que a ele aderiu mantiver vínculo com a “Companhia”, e por 05 (cinco) anos, no mínimo, após o seu desligamento.

7.3 A “Companhia” manterá em sua sede social, à disposição da CVM, a relação das pessoas mencionadas no item 7.1 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso, atualizando-a imediatamente sempre que houver qualquer modificação.

8. Disposições Gerais:

Qualquer alteração neste Manual deverá ser tomada pelo Conselho de Administração e comunicada à Comissão de Valores Mobiliários e à bolsa de valores e entidade de balcão organizado onde os valores mobiliários de emissão da “Companhia” são admitidos à negociação.

O Diretor de Relações com Investidores é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento da política de divulgação de atos e fatos relevantes regulada através do presente Manual, bem como para prestar o esclarecimento a quaisquer dúvidas a respeito de sua aplicação.

O presente instrumento é assinado por todos os Conselheiros de Administração da “Companhia”, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Pelotas, RS, 30 de julho de 2002.

Augusto Lauro de Oliveira Jr.
Diretor de Relações com Investidores

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos⁴ relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Anexo I

TERMO DE ADESÃO AO MANUAL DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES DA JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

Pelo presente instrumento, (nome e qualificação), residente e domiciliado(a) em, inscrito(a) no CPF/MF sob n., portador(a) da Carteira de Identidade n., doravante denominado simplesmente “Declarante”, na qualidade de (cargo/função ou relação com a Companhia) da **JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. – PARTICIPAÇÕES**, companhia aberta, inscrita no CNPJ sob n.-....., com sede em, doravante designada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual da Política de Divulgação e Uso de Informações da Companhia, cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de informações relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

....., RS, de de

.....

(Inserir nome do Declarante)

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

CPF:

Nome :

RG.:

CPF:

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação das informações são de responsabilidade compartilhada entre o Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores e o Diretor Administrativo Financeiro.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações relevantes sobre o tema

Não aplicável à Companhia. Justificativa: A Administração da Companhia entende que não há outras informações relevantes a apresentar sobre política de divulgação de informações ao mercado.